



**Debatendo
classes e luta de
classes no Brasil**



Wladimir Pomar

20

TEXTOS PARA DEBATE

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PT

**Publicado pela Secretaria de Relações Internacionais
do Partido dos Trabalhadores – Brasil – www.pt.org.br**

Iriny Lopes – Secretária de Relações Internacionais do PT

Editor: Valter Pomar

Diagramação: Sandra Luiz Alves

Equipe da Secretaria de Relações Internacionais:

Edma Valquer (edma@pt.org.br); Fábio El-Khoury (sri@pt.org.br); Rosana Ramos (sribsb@pt.org.br) Wilma dos Reis (wilma.reis@pt.org.br); Valter Pomar – Miembro de la Dirección Nacional y Secretario Ejecutivo del Foro de São Paulo (pomar.valter@gmail.com).

**Partido dos Trabalhadores – Integrantes da CEN para o biênio 2010/2014
Comissão Executiva Nacional (CEN) – (Direito a voto e voz)**

Rui Falcão – Presidente; José Guimarães – Vice-presidente; Fátima Bezerra – Vice-presidente; Elói Pietá – Secretário Geral; João Vaccari Neto – Secretário de Finanças; Paulo Frateschi – Secretária de Organização; André Vargas – Secretário de Comunicação; Renato Simões – Secretário de Movimentos Populares; Jorge Coelho – Secretário de Mobilização; Carlos Henrique Árabe – Secretário de Formação Política; Vilson Augusto de Oliveira – Secretário de Assuntos Institucionais; Iriny Lopes – Secretária de Relações Internacionais; Humberto Costa – Líder do PT no Senado; José Guimarães – Líder do PT na Câmara; Maria do Carmo Lara – Vogal; Benedita da Silva – Vogal; Mariene Pantoja – Vogal; Arlete Sampaio – Vogal; Maria Aparecida de Jesus – Vogal; Fátima Cleide – Vogal

Membros observadores da CEN – (Direito a voz sem direito a voto)

Angelo D'Agostini Junior – Secretário Sindical Nacional; Jefferson Lima – Secretário Nacional da Juventude; Edmilson Souza – Secretário Nacional de Cultura; Júlio Barbosa – Secretário Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento; Laisy Moriére – Secretária Nacional de Mulheres; Cida Abreu – Secretária Nacional de Combate ao Racismo; Elvino Bohn Gass – Secretário Nacional Agrário

São Paulo – Rua Silveira Martins, nº 132, Centro, CEP 01019-000
São Paulo-SP, Brasil. E-mail: sri@pt.org.br – Tel. (+5511) 3243-1377
Fax (+5511) 3243-1359

Brasília – SCS Quadra 2 – Bloco C – nº 256 – Edifício Toufic, CEP 70302-000
Brasília-DF, Brasil. Tel. (+5561) 3213-1373/1423
Fax (+5561) 3213-1397

Índice

Apresentação 5

Rui Falcão

Debatendo classes e luta de classes no Brasil 7

Wladimir Pomar



Apresentação

As profundas transformações pelas quais o Brasil vem passando na última década, particularmente na estrutura social, têm motivado análises, estudos e publicações voltadas para tentar explicar o fenômeno da chamada mobilidade social (horizontal e vertical), ou, como é mais usual, da ascensão social.

As mudanças promovidas pelos governos Lula e Dilma, com a elevação do poder de compra dos salários – particularmente do salário-mínimo; com a geração de empregos formais; com os programas sociais de distribuição de renda – em resumo, todas as políticas públicas de inclusão colocaram na ordem do dia a necessidade de se conhecer melhor a configuração da sociedade brasileira em seu conjunto.

A elevação do padrão de consumo de milhões de brasileiros (as), o ingresso no ensino superior de outros tantos, melhor qualificação profissional, abertura de oportunidades, novas aspirações, novos valores teriam provocado o surgimento de uma “nova classe média”.

Voz corrente entre jornalistas, sociólogos, economistas e marqueteiros de eleição, a existência desta “nova classe” é questionada pelos que entendem ser equivocado pautar a análise exclusivamente pelo nível de rendimento e consumo, ou, ainda, por um simples tratamento estatístico da realidade.

Seja como for, desde o início do governo Lula o PT deixou de examinar, com mais atenção, o desenho das classes sociais, sua estrutura e contradições – algo que fizera anteriormente, embora de

forma superficial, em alguns encontros e congressos. Urge, agora, quando o PT vai completar 33 anos, e o modo petista de governar, 10 anos presidindo o País, atualizar o nosso conhecimento da realidade brasileira, aí incluída a estrutura de classes — até para deixar mais nítido quem o PT representa e a quem se opõe, tendo em vista a consecução do nosso projeto.

Como uma primeira contribuição, entre as muitas que esperamos difundir ao longo de uma discussão certamente complexa e polêmica, nas instâncias partidárias, nas pesquisas da Fundação Perseu Abramo e em outros fóruns, apresentamos aqui o ensaio do companheiro Wladimir Pomar. Ao debate!

Rui Falcão

Presidente nacional do PT

Dezembro de 2012

Debatendo classes e luta de classes no Brasil

Em termos internacionais, o debate sobre as classes sociais voltou à tona desde que foi desencadeado, a partir de Seattle, um movimento internacional de forte viés anti-capitalista, com desdobramentos diversos, incluindo a realização dos fóruns sociais mundiais e regionais.

No Brasil, porém, o que despertou os estudiosos para o assunto foi a emergência de um amplo setor da população, antes afastada do mercado, que conquistou certo poder de compra, ao ser beneficiada pela criação de novos empregos, pela elevação do salário mínimo e pelos programas de transferência de renda do governo Lula.

Essa emergência conquistou *status* de assunto acadêmico e midiático, a partir de agosto de 2008, com a publicação, pelo Centro de Políticas Sociais do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de um estudo intitulado “A Nova Classe Média” (vide www.fgv.br/cps/classemedia), onde se afirma que a renda da chamada classe C das pesquisas mercadológicas subira 22,8% de abril de 2004 a abril de 2008, enquanto a renda das classes A e B se elevara 33,6%.

O sociólogo Rudá Ricci afirmou que a emergência dessa *nova classe média* era o maior fenômeno sociológico do Brasil, concordando explicitamente com o fato do estudo da FGV partir de duas perspectivas na classificação das classes.

Uma perspectiva consiste na análise das atitudes e expectativas das pessoas, baseada em George Katona, psicólogo behaviorista, para quem o combustível seria o anseio de subir na vida, e o lubrificante

seria o ambiente de trabalho e de negócios. Neste sentido, reconhecia que o Índice de Felicidade Futura (IFF) seria alto no Brasil.

A segunda perspectiva na definição das classes seria seu potencial de consumo. O critério utilizado no Brasil para verificar tal potencial tem sido o acesso e número de bens duráveis (TV, rádio, lavadora, geladeira e freezer, vídeo-cassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica e nível de instrução do chefe de família. Nesse sentido, desde 2002, a probabilidade de ascender da classe C para a classe A nunca teria sido tão alta, e a de cair para a classe E nunca teria sido tão baixa.

Para Ricci, a classe C seria a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. Essa classe C, no Brasil, teria subido de 42% para 52% da população, estando compreendida na faixa de renda entre R\$ 1.064 e R\$ 4.561 reais. Embora reconheça que os critérios internacionais sobre o limite superior mensal de classe média variem entre US\$ 6 mil a US\$ 300, Ricci se deu por satisfeito porque o limite superior da classe C brasileira estaria dentro de tais limites. Desconsiderou, portanto, a diferença entre *renda nominal* e *renda real*, que depende do custo de vida de cada país.

Segundo ele, o que importa compreender é que grande parte dessa nova classe C emergente é oriunda de famílias tradicionalmente pobres, que não possuem a mesma lógica, representação e imaginário dos tradicionais “formadores de opinião”. Tais famílias leriam pouco, desconfiariam dos jornais e revistas e seriam muito pragmáticas, isto é, “pouco filosóficas ou ideologizadas”. Nessas condições, a compreensão desse fenômeno sociológico brasileiro seria o tema mais importante deste início do século para os sociólogos.

O economista Marcelo Neri, então chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, tendo por base o estudo realizado por sua instituição, lançou o livro *A Nova Classe Média: O Lado Brillhante da Base da Pirâmide*.

Neri, que se tornou presidente do IPEA após a saída de Marcio Pochman, é de opinião que a emergência da *nova classe C* é um fenômeno complexo, cujo entendimento é recente. As estruturas da sociedade não seriam mais as mesmas, a desigualdade teria mudado e quem estaria subindo na vida no Brasil seriam as mulheres, os negros, os nordestinos, e as pessoas que vivem nas periferias e no campo.

Essa classe C seria bastante heterogênea, formada por pessoas que subiram na vida e que esperam continuar subindo. Seria uma classe positiva com relação ao seu futuro, mais até do que o futuro do próprio país, com capacidade de exportar gente para a classe AB. Por suas estimativas, em 2014, mais de 74% da população brasileira, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, deverão estar nas classes ABC. Tendo como grande símbolo o emprego com carteira assinada, essa nova classe média teria triplicado o consumo de produtos de turismo, diárias de hotéis e passagens aéreas. E, desde 2003, seus produtos de maior consumo teriam sido os materiais de escritório e artigos de comunicação e informática, mostrando que sua grande demanda seriam os serviços produtivos que permitam a seus membros continuarem subindo na vida.

A partir de 2010, o grande divulgador da emergência da *nova classe média* passou a ser a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

A distribuição de renda no Brasil teria passado por transformações extremamente marcantes na última década. Cerca de 15% da população, ou 30 milhões de pessoas, que viviam em famílias com renda per capita abaixo de R\$ 250, teriam passado a viver com rendimentos maiores. Em vista disso, as políticas públicas não poderiam mais se limitar apenas às linhas de extrema pobreza e pobreza. Haveria um novo segmento a ser atendido, que chegaria a 54% da

população brasileira em 2012. Assim, para propor políticas que atendam à realidade atual da classe média brasileira, seria necessário defini-la com clareza.

Foi o que procuraram fazer o ministro Moreira Franco e seu secretário de Ações Estratégicas, Ricardo Paes de Barros, em artigo no *Valor Econômico*.

Eles optaram por considerar três segmentos de classe baixa, três de classe média e dois de classe alta. Além disso, tomaram em conta a existência de pelo menos três alternativas para definir tais classes.

A primeira consistiria em observar como as famílias utilizam sua renda, buscando dividir a população por semelhanças como consumidores, baseando-se no comportamento. A segunda consistiria em observar como a renda das famílias é gerada, buscando similaridade nas oportunidades. A terceira consistiria em observar as famílias por suas perspectivas sobre o nível futuro de renda, privilegiando uma repartição baseada na homogeneidade de anseios, receios e expectativas para o futuro.

Para eles, embora a classe média se diferencie da classe baixa e da classe alta por seu padrão de consumo, mais balanceado entre necessidades e bens supérfluos, talvez sua diferença mais marcante esteja na perspectiva do futuro. Os pobres não veriam grandes chances de saírem da pobreza, enquanto os imediatamente acima da linha de pobreza temeriam voltar a ser pobres, adotando padrões de consumo, inserções no mercado de trabalho e estratégias de sobrevivência defensivas. Os que alcançaram nível de renda bem acima da linha de pobreza se sentiriam seguros de que não mais voltariam a ser pobres e começariam a buscar caminhos de ascensão social. Realizariam investimentos em sua qualificação no mundo do trabalho e no desenvolvimento de suas crianças, adolescentes e jovens.

Para Franco e Barros, a linha divisória entre a busca pela sobrevi-

vência e a busca pela ascensão social surgiria, como ponto de início para a classe média, quando uma família da classe baixa alcançasse uma renda per capita de R\$ 291 (0,46 salário mínimo). O ponto de início para a classe alta aconteceria quando a renda familiar per capita alcançasse R\$ 1.019 (1,6 salário mínimo). Em 2012, o segmento chamado de baixa classe média uniria as famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 441, ou 18% da população brasileira. O segmento intermediário reuniria as pessoas com renda per capita entre R\$ 441 e R\$ 641, ou 19% da população brasileira. O segmento chamado de alta classe média somaria as famílias com renda per capita entre R\$ 641 e os já definidos R\$ 1.019, ou 17% da população. A classe média, portanto, reuniria 54% da população brasileira, enquanto a classe baixa comportaria 26% e a classe alta 20%.

A nomeação de Marcelo Neri para a presidência do IPEA certamente fortalece essa linha de pensamento e de ação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, embora a tabela de renda utilizada pelo IBGE para 2012 (salário mínimo em R\$ 622) dê um quadro mais complexo de valores, como pode ser visto abaixo, e estabeleça limites diferentes para aquela transição proposta por Franco e Barros.

CLASSE	SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)	RENDA FAMILIAR (R\$)
A	Acima 20 SM	R\$ 12.440 ou mais
B	10 a 20 SM	De R\$ 6.220 a R\$ 12.440
C	4 a 10 SM	De R\$ 2.488 a R\$ 6.220
D	2 a 4 SM	De R\$ 1.244 a R\$ 2.488
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.244

Ou seja, para uma família com renda per capita até R\$ 1.091, ela precisaria ter pelo menos 3 membros trabalhando para situar-se na faixa de renda inferior da classe C, ou ter 5 membros trabalhando para situar-se faixa de renda superior da classe C.

Se levarmos em conta a assertiva da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), de que as pessoas, em especial os pobres, declaram ao IBGE rendas superiores às que realmente auferem, além do fato dos ricos jamais declararem suas rendas reais, nem mesmo para a Receita Federal, o que levou aquela associação a adotar outros critérios de aferição de renda, as dúvidas sobre os números de Franco e Barros crescem.

Apesar disso, os cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier não se furtaram de debater o tema em seu livro *A Classe Média Brasileira – ambições, valores e projetos de sociedade*.

Segundo Lamounier, no último quarto de século, a exemplo do que teria ocorrido em praticamente todos os países emergentes, houve um intenso processo de mobilidade social vertical.

Não só a mobilidade individual, que constituía um campo tradicional de estudo dos sociólogos, mas também a mobilidade estrutural, de toda uma camada, em decorrência de processos econômicos poderosos, como a abertura das economias, uma fase de vigoroso crescimento da economia mundial e, no caso brasileiro, o controle da inflação e a consequente expansão do crédito.

Enquanto os integrantes da classe média tradicional apenas almejavam reproduzir o *status* dos pais, num universo mais ou menos estático, os da "nova" classe média teriam a ambição de "subir na vida", viver melhor, consumir mais e, portanto, aprender e se qualificar a fim de gerar a renda consentânea com essa forma de viver.

É verdade que, em contraponto, Amaury de Souza perguntou se seriam sustentáveis esses índices de crescimento dessa *nova classe média* no Brasil.

Para ele existiriam boas razões para pensar que ela se defrontaria com problemas bastante graves. Tanto assim que teria havido um receio generalizado, com a crise financeira de 2008, de que o mau momento poderia arrastar uma boa parte dessa nova classe C de volta à linha de pobreza. Na verdade, na busca de brechas ou deficiências nas políticas que sustentam a incipiente melhoria das condições de vida de uma parcela da população brasileira, Amaury de Souza se viu obrigado a reconhecer que estamos diante não de indivíduos cuja renda cresceu, mas de indivíduos que pertencem a classes ou frações de classes sociais, cuja participação na distribuição social da riqueza depende muito mais dos problemas que afetam a classe ou a fração de classe, como um todo, do que aos indivíduos, tomados separadamente.

Para Jessé de Souza, por outro lado, o valor básico da *nova classe média* seria a transmissão familiar da importância do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas. Seria a ética do trabalho. De modo geral, a *nova classe média* adviria de família estruturada, com a incorporação de papéis familiares tradicionais. Até poucos anos atrás, depois de quitadas as contas do mês, essas pessoas não tinham um centavo sobrando para consumir mais do que os itens da cesta básica. Hoje, colecionariam sapatos, teriam acesso à tecnologia, frequentariam faculdades, comprariam o primeiro carro zero e construiriam a casa própria.

Graças a mudanças profundas na economia, que elevaram a renda dos brasileiros, essa camada da população estaria crescendo cerca de 4% ao ano, tendo um aumento superior a 40% em sua renda familiar, nos últimos sete anos, que injetou na economia mais R\$ 100 bilhões desde 2002. O aumento de emprego e os reajustes nos salários, ainda segundo Jessé de Souza, teriam contribuído para o crescimento dessa *nova classe média*, a maior novidade econômica,

social e política do “Brasil bem-sucedido” dos últimos anos, mas ainda pouco conhecida em virtude dos preconceitos em relação a ela, como em geral em relação aos setores populares no Brasil.

Aspecto importante desses estudos, opiniões e notícias sobre a *nova classe C* é que ela não estaria restrita às áreas urbanas. Teria surgido também, de acordo com o estudo *Pobreza e a Nova Classe Média no Brasil Rural*, coordenado por Marcelo Neri, uma *nova classe C rural*, cuja renda domiciliar variaria de R\$ 1.126 a R\$ 4.854 por mês, passando a dominar o cenário ao expandir-se 72% desde 2003.

Neri sustenta que esse estrato social somava 20,6%, em 2003, passando a 35,4% da população rural em 2009, quando possuía 9,1 milhões dos 25,7 milhões de habitantes rurais. Nessas condições, a redução da desigualdade teria sido mais forte e mais rápida na área rural, sobretudo nas regiões mais pobres.

O ex-ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, também concordou como relevante a mudança de padrão na redução da desigualdade da área rural, com a ascensão das classes D e E para uma classe C forte, mais homogênea.

Segundo Cassel e Neri, o movimento de ascensão social no campo deveria continuar, com a zona rural brasileira cumprindo a chamada *Meta do Milênio*, um conjunto de oito compromissos de avanço social. Na redução da extrema pobreza, cuja meta prevê reduzir pela metade essa condição até 2015, o Brasil já teria atingido 43% do objetivo em seis anos, o avanço sendo muito mais rápido nas áreas rurais. A classe D ainda somaria 30,2% da população rural e 23,6% dos habitantes urbanos, com a perspectiva de 7,8 milhões de brasileiros do campo se tornarem classe média em breve.

O sócio-diretor da empresa de pesquisa Data Popular, Renato Meirelles, afirmou que a forte mobilidade social no Brasil estaria

provocando mudanças profundas no perfil dos jovens trabalhadores da classe C.

Com nível de escolaridade superior ao dos pais, eles ingressariam no mercado desempenhando funções menos tradicionais e que pagam salários melhores, conforme estudo elaborado pelo instituto que dirige. A pesquisa comprovaria que cada ano de estudo até o ensino superior significa 15% a mais de rendimentos. Pela pesquisa, apenas 26% da atual geração de pais pertencentes à classe C concluíram o ensino fundamental, contra 65% dos filhos.

Na maioria das famílias de classe média brasileira, os pais ainda seriam mecânicos, pedreiros, empregadas domésticas, cozinheiras. Os filhos, vendedores de lojas, operadores de telemarketing, recepcionistas. De modo geral, nessas famílias quem comanda tem uma escolaridade baixa. Porém, seus filhos já estão seguindo outro rumo. 68% dos jovens da Classe C estudaram mais que seus pais. Nas classes A e B esse percentual não passaria de 10%.

Os dados revelariam a importância que o estudo tem na vida dos futuros chefes de família da classe que mais cresce no país. Hoje, o sonho de muitos desses jovens não é apenas o carro zero e o celular de última geração. O diploma de ensino superior e o MBA teriam se tornado mais importantes do que qualquer outro produto disponível no mercado. Meirelles também sustenta que os jovens da classe C, mais educados e conectados, seriam os atuais formadores de opinião na família e na comunidade e que a *nova classe média* não deseja o estilo de vida das elites e prefere produtos que valorizam a sua origem.

A atual linha de muitos dos programas e novelas da televisão brasileira refletem essas ideias e percepções sobre a ascensão social, ideias e percepções alimentadas pelos números publicados nos mais diferentes meios de comunicação, repisando a ocorrência da grande

mobilidade social dos últimos anos. Entre 2004 e 2010, 32 milhões de pessoas teriam ascendido à categoria de classes médias, aqui consideradas as classes de renda A, B e C, enquanto 19,3 milhões teriam saído da pobreza.

Em 2009, Neri afirmou que 94,9 milhões de brasileiros comporiam a nova classe média, correspondendo a 50,5% da população. Portanto, ela seria dominante do ponto de vista eleitoral e do ponto de vista econômico, detendo mais de 46% do poder de compra e superando os 44% das classes A e B e os 9,5% das classes D e E. Entre 2002 e 2010, os eleitores de nível universitário na classe C teriam saltado de 6 milhões para 9 milhões, devendo chegar a 11 milhões em 2014. Incluindo os eleitores com ensino médio, a classe C terá 52 milhões de votantes em 2014. Em 2009, a classe C teria sido responsável por 881 bilhões de reais dos gastos com consumo, a maior fatia do total dos 2,2 trilhões de reais do país. Só na área de educação, com pagamento de escola, material escolar e livros, o consumo teria sido de 15,7 bilhões, quase nove vezes os gastos idênticos em 2002.

Ainda de acordo com dados do Data Popular, a classe C seria responsável por 78% do que é comprado em supermercados, por 60% das mulheres que vão a salões de beleza, por 70% dos cartões de crédito no Brasil e por 80% das pessoas que acessam a internet. A nova classe média movimentaria R\$ 273 bilhões na internet por ano somente com seu salário e, se considerarmos o crédito disponível a ela, esse montante dobraria.

Com emprego garantido e mais renda, os brasileiros teriam migrado dos serviços públicos de educação e saúde para as redes privadas. O objetivo seria conseguir um melhor atendimento, só que agora é o setor privado que não consegue dar conta da demanda e manter a qualidade. O Brasil viveria um ciclo de crescimento e uma

das conquistas mais desejadas seria um plano de saúde. Em 2010, o número de usuários do sistema privado de saúde teria crescido 9%, o dobro do crescimento médio anual desde 2000. Segundo a Anahp, hoje 24% dos brasileiros são atendidos na rede particular.

A migração de pessoas do setor público para o privado que ocorre na área de saúde também se daria na educação. Em 2003, 11% dos alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio frequentariam escolas privadas. Esse percentual estaria hoje em 16%, devendo chegar a 20% em cinco anos.

A essas vozes que proclamam a emergência de uma *nova classe média*, incluindo a maior parte da população brasileira, se contra-põem outras, como a de Jorge Cláudio Ribeiro, que aparece no site da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência.

Ribeiro afirma que o conceito de classe média não se resume ao nível de renda. As classes sociais seriam definidas por outros critérios, como a sua forma de ver o mundo, sua cosmovisão, sua atitude perante a vida, suas memórias, sua história. Esses fatores, um pouco mais qualitativos, não teriam sido pesquisados.

Portanto, essa “nova classe média” seria nova, mas não seria média, pelo menos do jeito como se conhecia a classe média convencional, que desenvolvia e estimulava o esforço pessoal, que tinha um mundo amplo, tinha escolaridade tradicional na família.

Para Ribeiro, a *nova classe média* se restringiria a fatores ainda referentes à situação anterior. Ela teria mais renda, mas continuaria “espiritualmente” a mesma. Pode fazer mais o que já fazia antes, mas não houve ainda uma ruptura muito pronunciada. Seriam pessoas que fizeram um esforço pessoal gigantesco, mas que valorizariam apenas as realidades mais próximas de si.

Podemos dizer que todas estas análises são influenciadas, consciente ou inconscientemente, por duas concepções.

De um lado, o paradigma norte-americano, segundo o qual a suposta estabilidade econômico-social dos EUA resultou da existência e preponderância de uma forte classe média, uma maioria silenciosa que determinaria tanto o êxito quanto o rumo político centrista da sociedade americana, em décadas anteriores. Os adeptos desta linha de interpretação vão ressaltar os aspectos político-ideológicos e o consumismo dos setores emergentes, que os aproximariam de um comportamento padrão, esperado.

Outra concepção deita raízes no imaginário social da suposta classe média tradicional, sedimentada por um padrão superior de renda e de educação, embora sem propriedade de meios de produção e obrigada a trabalhar como assalariada. Ao aceitar a classificação por renda, e não pela relação com a propriedade dos meios de produção, aquela suposta classe média tradicional se considera agredida ao ver os setores sociais emergentes serem classificados na mesma categoria. E reclama a adoção de critérios diferenciadores.

Num caso ou noutro, análises que partem do nível de renda acabam tendo que responder a questões político-ideológicas bastante complexas, que as diferenças de renda são incapazes de explicar. Nos remetendo para estudos que abordam o tema de outra forma. É o caso de Márcio Pochmann.

Numa linha divergente, tanto de Ricci, Neri, Lamounier, Amaury de Souza, Meirelles, Jessé de Souza, Franco e Barros, quanto de Ribeiro, aparece o livro *Uma nova classe média?* de Márcio Pochmann, que foi presidente do IPEA.

Num estudo detalhado dos empregos gerados entre 2000 e 2010, que chegaram a 21 milhões, ele mostra que mais de 19 milhões, ou seja, 95% do total, estiveram relacionados a postos de trabalho cujos salários eram inferiores a 1,5 salário mínimo. E, ao contrário de Franco e Barros, Pochman não aceita a sugestão de que R\$ 291 *per*

capita sejam piso sequer de pobre. Portanto, embora ainda restrito ao critério de renda, ele coloca em dúvida que tais rendas classifiquem alguém como classe média.

Ele também mostra que, em 2009, a composição ocupacional da população economicamente ativa do Brasil compreendia 11% com renda não declarada, 47,8% com renda até 1,5 salário mínimo, 25% com renda entre 1,5 e 3 salários mínimos, 9% com renda entre 3 e 5 salários mínimos e 7,2% com renda acima de 5 salários mínimos. Se somarmos a renda não declarada, em geral de trabalhadores terceirizados de baixa remuneração, com a renda de até 1,5 salário mínimo, teríamos 58,8% ainda na faixa de renda E do IBGE. E, se considerarmos que 3 salários mínimos ainda permanecem na faixa de renda D do mesmo instituto, no total teremos cerca de 83% da população brasileira vivendo abaixo da chamada classe C de renda.

Pochman também mostra que o crescimento das rendas do trabalho (basicamente salários), que haviam sido reduzidas em 9% entre os anos 1994 e 2002, cresceram 10,3% entre 2004 e 2010. Por outro lado, as rendas da propriedade (lucros, juros, renda fundiária, alugueis), que haviam crescido 12,3% entre 1994 e 2002, caíram 12,8% entre 2004 e 2010. Embora esses números pareçam promissores na redução das desigualdades, a participação da propriedade nas rendas do PIB cresceu de 4%, em 1995, para 14% em 2009. Em outras palavras, a tendência predominante do crescimento econômico no sistema capitalista consiste em elevar a lucratividade e, portanto, a concentração de riqueza no polo da propriedade. Em tais condições, se não tivesse havido um esforço continuado do governo, através da elevação do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, aquela desigualdade entre as rendas da propriedade e do trabalho seriam ainda maiores.

Pochman não aceita, portanto, que o aumento das rendas dos

pobres tenha significado a formação de uma *nova classe média*. Utilizando-se do número de empregados domésticos, um dos critérios para definir o poder de consumo da classe média, Pochman mostra que apenas 12% das famílias brasileiras, ou cerca de 6 milhões de famílias, englobando no máximo 24 milhões de pessoas, possuem um a dois empregados domésticos. Isto é, têm condições de renda para empregar até dois empregados domésticos, tornando-se assalariados que empregam assalariados. Nessas condições, na melhor das hipóteses, o que se poderia chamar de classe média brasileira deve girar em torno desse montante.

Não deixa de ser paradoxal que parte dessa camada de 24 milhões de brasileiros não tenha propriedade de meios de produção, seja assalariada, empregue outro assalariado para ajudar na reprodução de sua força de trabalho e, com isso, se sinta parte da classe média. Ou que, com o crescimento econômico e a geração de empregos, uma parte desses assalariados, empregados por outros assalariados, tenha se transformado em assalariada do capital e, por isso, seja considerada *nova classe média*, por uns, enquanto outros não aceitem tal classificação. O que, no final das contas, apenas confirma os limites do critério de renda para a definição de classe.

Por outro lado, Pochman também mostra que 600 mil famílias, ou algo em torno de 2,4 milhões de pessoas, têm renda com poder de empregar 20 ou mais empregados, um breve indicador do fosso existente entre a alta classe proprietária e as classes média e baixa. Assim, utilizando-se apenas dos critérios de renda e poder de consumo, Pochman acaba colocando em xeque não só a existência de uma *nova classe média*, mas também dos critérios que definem a *antiga classe média*, ao mesmo tempo que aponta como um dos motivos de toda a publicidade em torno desse assunto a promoção de planos privados de saúde e de educação, e do consumismo. E reitera que as

características do baixo salário se mantêm, e se manterão, enquanto a *força de trabalho sobran*te for uma necessidade indispensável ao capitalismo brasileiro.

Todo esse debate em torno de uma possível *nova classe média* tem o mérito de trazer novamente à tona a discussão sobre as classes sociais, discussão que estava enfurnada em caixas relativamente herméticas.

Ribeiro, embora tenha destacado apenas os fatores subjetivos da classe média tradicional, lembrou que a renda não pode ser o único critério de definição de uma classe social. Pochman, ao fazer distinção entre o *mundo do trabalho* e o *mundo da propriedade* também colocou em pauta a necessidade de considerar outros fatores, além da renda, do poder de consumo e do behaviorismo, na definição das classes sociais.

Não parece haver dúvidas de que a elevação dos índices de emprego e de renda das *classes baixas*, segundo a classificação de Franco e Barros, está promovendo mudanças na economia brasileira e na mobilidade das classes sociais do país.

Lamounier, sem poder refutar essa realidade, prefere inserir tais mudanças num contexto global favorável e como resultado das políticas neoliberais, embora tenha se visto obrigado a usar uma linguagem cifrada.

Neri e Cassel, ao concordarem com a emergência e constante ampliação de uma *nova classe C rural*, que se teria se expandido em 72% desde 2003, passando a 35,4% da população rural em 2009, só faltaram acrescentar que não há mais qualquer motivo para se falar em reforma agrária ou assentamentos de sem-terra. Bastaria continuar com tal expansão para resolver o problema agrário e a seguridade alimentar do povo brasileiro.

Em geral, os promotores da *nova classe média* pretendem convencer a todos que, sendo a maioria, tal classe merece prioridade nas políticas governamentais, algo que fica patente no texto de Franco e

Barros. Dessa forma, as implicações relacionadas com a possível emergência de uma *nova classe média* são, por si sós, suficientemente fortes para justificar a necessidade de uma análise atualizada da estrutura de classes sociais existentes no Brasil, incluindo sua mobilidade histórica e sua posição na sociedade, as relações e problemas internos de cada uma, e as relações de cada classe com as demais classes e com as instituições políticas. Vejamos como evoluiu a estrutura de classes da sociedade brasileira, ao longo do século passado.

A emergência histórica dos conceitos de classe social

Pelo menos desde os anos 1920, seja sob o impacto das *greves operárias*, que colocaram no cenário de várias cidades brasileiras o proletariado como um novo ator social, seja pela emergência do *movimento tenentista*, que exprimia as aspirações democráticas radicais das camadas médias das populações urbanas, seja ainda pelas notícias que falavam da *revolução “maximalista”*, que havia colocado o operariado no poder da antiga Rússia tsarista, o debate sobre a divisão da sociedade em classes passou a fazer parte da pauta de debate de diversas correntes políticas.

Esse debate seguiu caminhos inusitados. Os grandes proprietários fundiários não se reconheciam como classe latifundiária, mas como classe produtiva agrícola, enquanto os industriais não se reconheciam como burguesia, mas como classe produtiva industrial.

Uma parte dos latifundiários, a exemplo do presidente Washington Luiz, não reconhecia os trabalhadores industriais como uma classe social e considerava que qualquer manifestação deles não passava de caso de polícia. Por outro lado, uma expressiva parcela dos latifundiários gaúchos não só reconhecia a existência de uma nova *classe trabalhadora fabril*, mas supunha indispensável tratá-la de for-

ma adequada, combinando repressões localizadas a um processo de concessões e acomodações, que evitassem qualquer tipo de levante comunista no Brasil.

Os comunistas, por seu turno, também seguiram um caminho tortuoso na análise de classes da sociedade brasileira, em certa medida porque estavam muito influenciados pelo exemplo da revolução russa e combinavam métodos de análise positivistas e marxistas relacionados com outras sociedades.

Tornou-se comum, entre eles, considerar a classe operária apenas aquela fração da classe dos trabalhadores assalariados que trabalhavam na indústria. Os trabalhadores assalariados que trabalhavam no comércio, nos serviços, e mesmo na produção agrícola, ficavam num limbo social indeterminado. A burguesia, por outro lado, era vista como um corpo unificado, às vezes integrando a classe dos latifundiários, às vezes separada dela, mas subordinada.

Mais tarde, influenciados pelos processos revolucionários das colônias, e também pela crescente penetração do capital estrangeiro na economia brasileira, os comunistas estabeleceram uma divisão entre a burguesia estrangeira e a burguesia nacional, muitas vezes dando a esta o *status* de revolucionária, em contraposição tanto à burguesia estrangeira imperialista, quanto ao latifúndio feudal ou semifeudal.

Já nas classes médias, os comunistas integravam tanto os trabalhadores assalariados de média e alta renda, quanto os pequenos industriais e comerciais e o campesinato, embora colocassem o campesinato num pedestal especial.

Esse quadro das classes sociais desenhado pelas comunistas foi, de certo modo, o centro de todo o debate que se desenvolveu a respeito até os anos 1980.

No entanto, as mudanças estruturais ocorridas no Brasil durante os anos 1960 e 1970 haviam transformado a maior parte da classe

dos latifundiários, esvaziado o campesinato, aumentado a quantidade de trabalhadores assalariados na indústria, no comércio, nos serviços e na agricultura, e criado uma força industrial de reserva anormal nas grandes e médias cidades. Foi com esse novo quadro que se defrontaram os Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979, quando realizaram seu IX Congresso.

Na tese então aprovada, que foi o ponto de partida para a fundação do Partido dos Trabalhadores, eles reconheceram formalmente a existência das classes sociais e de suas lutas ao afirmarem que “enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existem neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político”.

Ao chamar os trabalhadores a construir o *seu partido*, a tese afirmou a necessidade de que tal partido “seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões”. Em outras palavras, a tese reconheceu apenas a dualidade conflituosa entre trabalhadores e patrões. Entre os trabalhadores, não fez distinção entre os que eram totalmente desprovidos da propriedade de meios de produção e os que possuíam alguns meios de produção. E, entre os patrões, não fez distinção entre os que eram apenas capitalistas e aqueles patrões que eram, ao mesmo tempo, também trabalhadores.

A Carta de Princípios do PT, de 1º de maio de 1979, faz menção ao “operariado”, “setores proletarizados”, “patrões”, “trabalhadores” e a uma “composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis”. Apesar disso, durante vários anos, o senso comum dentro

do PT é que no Brasil existiriam apenas duas classes, a dos patrões e a dos trabalhadores.

Em documentos posteriores, formulados durante seus Encontros, o PT começou a fazer referência a “setores burgueses”, “temores da burguesia”, e ao poder das “classes dominantes”.

Em 1986, o 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores afirmou que “os problemas postos pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”, cujo “estágio”, “formação das classes sociais” e “grau de luta entre elas” “apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças e ampliem o espaço democrático”, embora a “existência de milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários não permita estatizar ou coletivizar imediatamente seus meios de produção”.

Em outras palavras, o Encontro reconheceu a necessidade de distinguir a existência de uma classe intermediária de “milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários” de meios de produção, que só se engajariam numa luta de transformação da sociedade se seus direitos de propriedade fossem respeitados.

Essa necessidade foi reiterada no 5º Encontro, em 1987, que reafirmou um possível “consenso de que a burguesia era a inimiga principal”, mas voltou a reconhecer que muitos colocavam no campo da burguesia “os pequenos e microempresários e mesmo as camadas assalariadas que não trabalhavam diretamente na produção fabril ou agrícola”.

O 5º Encontro também sustentou que, ao tomarem a classe burguesa como inimiga estratégica, muitos militantes opunham-se ao “aproveitamento das contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia”. Colocavam-se “contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com algum desses setores”. Em outras palavras, o Encontro afirmou que a burguesia não deveria ser vista como

um bloco homogêneo, mas sim como um bloco formado por diferentes frações, cujos interesses particulares geravam contradições entre elas e as dividiam na disputa social e política.

Por outro lado, quando o Encontro formulou que apenas “uma aliança de classe, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo”, teria “condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil”, ele na verdade também se contrapôs à possibilidade de aliança com frações da burguesia para derrotar a fração hegemônica.

Por isso, o Encontro rejeitou também a formulação de “uma alternativa nacional e democrática, porque o nacional, nessa formulação”, indicava “a participação da burguesia nessa aliança de classes”. Apesar do avanço na análise das classes realmente existentes, utilizar aberta e explicitamente as contradições entre as frações burguesas ainda estava fora da estratégia e da tática do PT. E quando se tornasse parte, o faria de maneira no mínimo polêmica.

No seu 6º. Encontro, realizado no curso da campanha presidencial de 1989, o PT constatou que, “enquanto a burguesia estava fragmentada na busca por diferentes saídas para a crise e formas de enfrentar a candidatura Lula”, os trabalhadores já haviam construído “um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses”. Porém, durante a campanha eleitoral de 1989, o PT se deu conta da existência dos *marginalizados*, chamados por Collor de “descamisados”, e que Frei Beto mais tarde cunhou como *pobretariado*, que constituíam uma vasta camada social, com características tão próprias e específicas, que deveriam ser encarados praticamente como uma classe social.

Uma análise crítica mais profunda da campanha eleitoral de 1989 teria permitido delinear com mais clareza os diversos interesses de classe em jogo, e chegar a uma definição mais aproximada da estru-

tura de classes realmente existente. No entanto, a essa altura, o partido já vinha sendo atropelado pelas transformações econômicas, sociais e políticas que o capitalismo dos países avançados impunha ao mundo e à sociedade brasileira. Nessas condições, ganhou foros de verdade a suposição de que a fragmentação da classe trabalhadora, gerada pelo desemprego tecnológico, era um fenômeno universal, não restrito aos países capitalistas avançados.

A ideia da morte do proletariado, juntamente com a ideia de um mundo de sociedades pós-industriais, passou a fazer parte do senso comum de amplos setores do partido. Muitos intelectuais petistas sequer se deram conta de que estávamos diante da desindustrialização dos países desenvolvidos, cujas corporações industriais, na busca de elevação de sua lucratividade, transferiam suas plantas produtivas para países agrários de força de trabalho mais barata, matando a classe operária de seus países de origem, mas recriando-a em outros países.

Sequer se aperceberam que o pós-industrialismo não passava de uma justificativa para a segmentação produtiva internacional e, no Brasil, embarcaram na canoa furada da submissão neoliberal.

O programa de reformas na China e o fim da União Soviética foram encarados como mais uma comprovação da inevitabilidade do pós-industrialismo e do fim da classe operária, contribuindo ainda mais para o abandono da análise de classes no Brasil.

Foi nessas condições que amplos setores da esquerda adotaram o conceito de *excluídos sociais*, cunhado por Robert Owen para as camadas dos expropriados ingleses dos séculos anteriores à revolução industrial, relegando o conceito de *classe trabalhadora*, sem levar em conta que no Brasil as forças produtivas e, portanto, as forças de trabalho assalariado, ainda tinham um grande espaço para desenvolver-se, desde que o país não seguisse o receituário neoliberal.

O I Congresso do PT, realizado em 1991, avaliou que “o novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista” desarticulava “o núcleo do trabalho operário na indústria”, fragmentava “a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política”.

O 11º Encontro, por sua vez, constatou que a “implementação do projeto neoliberal por Fernando Henrique” atingia “em cheio o padrão de vida das classes médias” e levava “à falência setores da média burguesia”.

Ou seja, as resoluções partidárias adotadas no início dos anos 90 insistiam em lugares-comuns, não superando os esforços positivos de análise da formação social brasileira e suas classes sociais, feitos em anteriores do PT. Ao contrário, as resoluções citadas contribuíram para o abandono da preocupação com o tema, e a uma busca em torno de novos paradigmas de luta, dissociados das classes.

Paralelamente a isso, de forma aparentemente paradoxal, o PT avançou em conquistas táticas sucessivas durante a segunda metade dos anos 1990, em grande medida em virtude das divisões entre as diversas frações da burguesia e da pequena burguesia, diante da destruição neoliberal e em contraste com a industrialização dos países asiáticos e com a transferência do eixo econômico do Atlântico para o Sudeste do Pacífico.

Essas divisões, em especial na burguesia, se tornaram especialmente evidentes após a crise financeira e econômica de 1998-99, colocando o PT como única alternativa viável de superação do caminho neoliberal. A ampliação do leque de alianças do PT tornou-se não só viável, como desejada pelos tais aliados, o que consistia uma novidade em relação ao que ocorria com a esquerda comunista nos anos 1950, que clamava por alianças com uma burguesia que lhe repudiava.

No entanto, por falta de um conhecimento consistente das classes e frações de classe em disputa, e também devido a algumas opções estratégicas e programáticas equivocadas, o PT no governo passou a enfrentar crescentes dificuldades para administrar os interesses díspares nas alianças com setores da burguesia e da pequena burguesia.

A retomada do crescimento econômico, associada a programas de transferência de renda e elevação do salário mínimo, fizeram reemergir uma nova classe trabalhadora assalariada, tanto industrial, quanto comercial e de serviços, e pusesse à mostra a presença de uma classe trabalhadora assalariada rural.

A classe operária não havia morrido, e o Brasil apresentava um vasto mercado para a reindustrialização e para o desenvolvimento econômico e social, acompanhando a corrente dos países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina, na contracorrente dos Estados Unidos e da Europa.

O reconhecimento dessa nova situação, em que parte *do exército industrial de reserva, pobretariado ou excluídos*, se transformou em classe trabalhadora assalariada, proletariado, podendo se tornar uma classe consciente de seus próprios interesses, passa a ser um problema econômico, social e político para todas as classes e frações de classe presentes na sociedade brasileira. E um problema ainda mais vital diante do fato do PT e outros partidos de esquerda estarem no governo central.

Nesse sentido, a discussão em torno da existência de uma *nova classe média* é uma das expressões da disputa ideológica e política em torno desse ressurgimento da classe trabalhadora como força social e do que isso pode representar na luta econômica, social e política brasileira.

Apesar de suas contradições internas, a burguesia compreendeu rapidamente que estava diante de um desafio de múltiplas facetas e

tomou a iniciativa de pautar a discussão a partir de seus próprios interesses, que vão bem além da venda de mercadorias, seguros e planos de saúde. Ao insistir na tese de que se trata de uma nova classe média, o que a burguesia pretende é que não se comportem como trabalhadores, em particular como os trabalhadores se comportaram durante os anos 1980.

Os diferentes conceitos de classe social

Para analisar a estrutura de classes na sociedade brasileira é essencial estabelecer alguns critérios para a definição das classes sociais. O que inclui considerá-las uma criação histórica antiga, em especial porque muitos estudiosos que tratam do assunto as consideram uma classificação estritamente marxista.

A classificação dos seres humanos conforme sua posição na divisão social da propriedade e no processo produtivo surgiu no escravismo antigo, como parte das constituições legais das sociedades humanas em formação.

Embora excluindo as principais forças de trabalho, os escravos, por serem considerados simples instrumentos de trabalho, mesmo falantes, essa classificação sempre tomou como critério básico a propriedade, ou as relações de produção. Senhores, aristocratas, patrícios, chatrias, brâmanes, lordes, ou qualquer outra denominação dos diversos povos em que o sistema escravista era dominante, eram aqueles que detinham a propriedade do solo e dos principais meios produtivos, incluindo gado e escravos, e a correspondente riqueza em bens fixos e mobiliários.

Comerciantes, camponeses e artesãos, também sob diferentes denominações, existiam como *classe* naquelas sociedades escravistas em que parte dos homens livres possuía a propriedade de pequenas par-

celas de terra e de instrumentos de trabalho, incluindo alguns escravos. Eram proprietários de meios produtivos secundários que, pelo menos por um tempo considerável, não lhes permitiu amecilhar riqueza suficiente para ombrear-se com os aristocratas.

Plebeus, demos, pobres, ou outras denominações, constituíam a classe dos homens livres sem qualquer propriedade de meios de produção. Vivendo em sociedades em que o trabalho era abominado como algo próprio de *animais falantes*, viam-se constringidos a caçar, trabalhar como lavradores em terras comunais, ou como proletários (segundo o termo romano) nas fábricas imperiais de armamentos, ou a engajar-se no exército, em troca de soldo.

Quando ganharam força social, estes setores jogaram-se na luta para obter que as riquezas produzidas pelo trabalho escravo também fossem distribuídas entre eles, de modo que não precisassem submeter-se à *vergonha do trabalho*. No caso dos plebeus romanos, só colocaram a reforma agrária em sua pauta de luta quando o escravismo já entrara em decadência.

Embora a maioria dos livros sobre a história não dê muita atenção ao estudo dessas estruturas de classes da antiguidade, eles não podem se furtar de explicitá-las porque a luta de classes entre a plebe não-proprietária e a aristocracia proprietária promoveu alguns dos conflitos e acontecimentos históricos mais importantes daquele período, paradoxalmente muito mais transformadoras do que as rebeliões dos escravos.

Algo idêntico ocorreu no período feudal dos povos europeus e asiáticos, em que os nobres eram aqueles que tinham a propriedade ou posse fundiária de praticamente todas as terras, os feudos. A classe camponesa (aqui incluídos os ex-escravos) tinha passado a pertencer às parcelas que cultivavam nos feudos, mas também se tornou proprietária de seus meios de produção agrícola e artesanal. O

desenvolvimento da produção agrícola e pecuária, assim como da indústria artesanal camponesa, criando excedentes, incrementou o comércio e fez ressurgir a classe mercantil, muito ativa durante o escravismo, mas estranha à autarquia feudal por algum tempo.

Reinos, monarquias, sultanatos, impérios, ou outras denominações dadas aos Estados feudais, diante da existência real das classes subalternas, tiveram que reconhecer legalmente como classes, ao lado da nobreza fundiária (que podia ser militar, eclesiástica e burocrática), aos camponeses e aos comerciantes ou mercadores, assim como a existência de cidades, comunas ou burgos, fora dos limites territoriais feudais.

Embora a maior parte dos livros de história também dê pouca atenção a essa estrutura social do feudalismo, nem sempre consegue omitir os eventos históricos que opuseram a classe dos comerciantes à classe nobre, nem o fato de que a classe mercantil, à medida que enriqueceu e conquistou poder econômico, muitas vezes se aproveitou das contradições entre as monarquias e os senhores feudais para submeter estes a seus próprios interesses, como aconteceu na revolução de Avis, em Portugal, e na república de Cromwell, na Inglaterra, antes de se transformar em classe capitalista dominante.

A maioria dos livros de história trata extensivamente do surgimento do capitalismo e da burguesia, e reconhece o surgimento de classes sociais a partir de então. No entanto, como afirmamos acima, muitos desconhecem ou rejeitam a existência e transformação das classes a partir do surgimento da propriedade privada e do escravismo.

Como é impossível desconhecer as divisões sociais das formações históricas anteriores, a maior parte dos historiadores adota a teoria da mobilidade, segundo a qual antes das classes do capitalismo, existiam os estamentos feudais, e antes deste as castas, ao invés de con-

siderar estamentos e castas como frações específicas de determinadas classes sociais.

Os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, em sua tentativa de explicar as novas formas produtivas capitalistas, mantiveram a divisão da propriedade como base para a análise da classificação social.

Adam Smith chegou a afirmar que a riqueza não tinha origem no mercantilismo, mas no trabalho, contrariando os interesses do clero e da nobreza, que desprezavam o trabalho. Além disso, defendeu que, para o trabalhador ter um pensamento mais ágil e dar conta do processo produtivo, seria necessário investir em educação básica para todos. Em outras palavras, defendeu que a educação básica era de interesse dos proprietários capitalistas.

Segundo Smith e Ricardo, a nova modalidade de produção se confrontava com três classes de atores: a) a dos proprietários territoriais, que vivia da renda fundiária, materializada na forma de trabalho (corveia), produtos (parcela da produção), ou dinheiro (aluguéis); b) a dos proprietários capitalistas, que vivia de lucros, de juros e aluguéis; e c) a dos que não possuíam propriedades capazes de gerar rendas, lucros, juros e aluguéis, mas possuíam força de trabalho.

Essa terceira classe podia vender sua força de trabalho, por determinado tempo, em troca de salário, aos proprietários territoriais, para lavrar e cultivar a terra e colher a safra, e/ou aos proprietários capitalistas, para movimentar as ferramentas e máquinas e processar as matérias primas para produzir bens de uso.

Assim, tanto Smith quanto Ricardo, além de admitirem a existência das classes sociais, consideravam que essas classes se encontravam em relação de colaboração e luta constante. Assim, da mesma forma que, no escravismo, os senhores fundiários dependiam da existência dos escravos como força produtiva, para manter-se como clas-

se e, no feudalismo, os senhores feudais dependiam dos servos como força produtiva, para manter-se como classe, no capitalismo os donos do capital dependem dos proletários, como força produtiva, para manter-se como classe. Não existem classes solitárias, desvinculadas das demais, muitas vezes inclusive daquelas que estão em processo de desaparecimento, tanto em oposição quanto em colaboração.

Os proprietários capitalistas dependiam dos proprietários fundiários para construir suas instalações fabris, mas se opunham a eles pela sistemática tentativa de elevarem o valor das terras e a renda cobrada. E os trabalhadores assalariados dependiam de ambos ofertarem condições de trabalho, mas se opunham a eles porque o salário recebido pela venda de sua força de trabalho mal dava para repor suas forças físicas.

Karl Marx adotou o mesmo critério histórico de classificação das classes e da relação de cooperação e luta entre elas, conforme aceita por aqueles economistas clássicos. Porém, ao contrário deles, estabeleceu que, do mesmo modo que a burguesia mercantil fora a classe que, em luta contra os senhores feudais, os superara e os liquidara como classe, o proletariado era a classe que mais fortemente se opunha ao capitalismo e estava fadada a superá-lo e liquidar não apenas a burguesia, mas também a si próprio, como classes.

Embora esta tese de Marx gere uma polêmica intensa, seu critério básico para a diferenciação entre as classes, isto é, a relação com a propriedade ou, em outras palavras, a posição que cada indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa no processo produtivo e de troca, se mostrou a mais apropriada para a análise da estrutura de classes das sociedades.

Para Marx, no capitalismo as duas classes fundamentais seriam a classe capitalista, ou burguesa, proprietária do capital (dinheiro vivo e dinheiro materializado em meios de produção e comercialização) e

a classe dos trabalhadores assalariados, ou proletários, expropriados da propriedade de meios de produção, mas proprietários de força de trabalho (força cujo valor deveria corresponder ao que seu proprietário necessita para se reproduzir como trabalhador).

A constatação dessa bipolaridade no modo de produção capitalista não significa que Marx exclua a existência de outras classes nas formações sociais capitalistas, em virtude do desenvolvimento histórico de cada uma.

O processo histórico que levou ao predomínio do modo de produção capitalista em cada sociedade determinada, muitas vezes se deu com a manutenção subordinada de outros modos de produção, dando peculiaridades próprias a cada formação social.

Isso explica porque o capitalismo na Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Japão e nos demais países do mundo em que é predominante não exatamente igual em toda parte, embora suas leis gerais sejam as mesmas.

Á medida que o capitalismo se tornou o modo predominante, inclusive absorvendo os proprietários fundiários como uma fração de sua classe, a antiga transparência legal sobre a divisão e a luta de classes foi sendo substituída por um esforço constante para realçar a igualdade, a fraternidade e a liberdade social entre os homens, com suas derivações, como a igualdade de oportunidades, a liberdade de escolha, a possibilidade de ascensão econômica e social etc.

A divisão e a luta de classes seriam não uma criação histórica de longa duração, mas uma análise social deformada, surgida a partir de Marx, o que muitos marxistas historicamente desinformados chegam a aceitar acriticamente. O que leva muitos deles a proclamarem a necessidade de *estimular a luta de classes*, como se essa luta fosse algo criado fora da sociedade, que devesse ser introduzida por revolucionários iluminados.

No entanto, como a desigualdade, a competição e a falsa liberdade fazem parte da realidade cotidiana, saltando aos olhos, a negação pura das classes e da luta de classes transformou-se numa nulidade.

Fez-se necessário tornar mais complexas as classificações analíticas, colocando em dúvida a eficácia do estudo da estrutura de classes conforme proposto pela classificação histórica, pelos economistas clássicos e pelo marxismo. Neste contexto surgem e se desenvolvem os métodos de análise por estratificação, por renda e por poder de consumo, ao mesmo tempo em que o método de análise pela divisão social do trabalho, ou pela divisão relacionada à propriedade passou a ser considerada estreita e incapaz de abarcar todos os aspectos que assemelhavam ou diferenciavam as classes sociais.

A igualdade de oportunidades se transformou no tema preferido para explicar a mobilidade e a ascensão social.

Há uma suposição generalizada de que a *mobilidade social* seria uma característica exclusiva da moderna sociedade capitalista. As antigas sociedades de castas e medievais não ofereceriam qualquer possibilidade de ascensão de classes inferiores a classes superiores. Somente as sociedades ocidentais modernas possibilitariam tal mobilidade, como consequência da maior ou menor facilidade de acesso a serviços de educação, transportes, segurança pública, saúde, habitação, etc, que podem ou não ser de responsabilidade do Estado.

Portanto, de um lado, essa suposição desdenha o fato histórico de que escravos turcos puderam se tornar chefes de dinastias dominantes no Egito, Pérsia e Índia, e que servos medievais puderam se transformar em comerciantes no Japão, Inglaterra, França e outras regiões. De outro, a mobilidade social moderna é explicada como consequência de acesso a serviços, e não como mudanças na propriedade. Na teoria da mobilidade, as classes não se transformariam, seriam os indivíduos que mudariam de *status*.

Max Weber se destacou ao preferir utilizar o conceito de estratificação das classes sociais. Na estratificação social, a diferenciação entre as classes deve ser realizada conforme as características similares apresentadas pelos agrupamentos de indivíduos. Por exemplo, negros, brancos, católicos, protestantes, homens, mulheres, pobres e ricos são agrupamentos que apresentam características similares, podendo ser classificados como classes.

Além disso, o juízo de valor que os indivíduos têm em relação aos outros e a forma como se posicionam nas respectivas classes, dependeriam do poder, da riqueza, do prestígio, da educação e de alguns outros fatores, que determinam as desigualdades dentro de cada classe. Em outras palavras, a propriedade não desempenharia qualquer papel na divisão social, já que é algo que estaria à disposição de todos.

A Sociologia, a Antropologia e outras ciências sociais em geral consideram três tipos principais de estratificação social: a) a estratificação econômica, baseada na renda ou posse de bens materiais, dividindo a sociedade entre ricos, médios e pobres; b) a estratificação política, dividindo a sociedade entre grupos que têm e grupos que não têm poder; e c) a estratificação profissional, dividindo a sociedade pelo grau de importância atribuído a cada grupo profissional. Em outras palavras, a estratificação expressa desigualdades, mas nega ou esconde que isto esteja relacionado à posição ante a propriedade.

Bem vistas as coisas, a renda está relacionada à distribuição da renda gerada pelo sistema produtivo da sociedade e à posição de cada classe nesse sistema. No sistema capitalista, os burgueses são ricos não apenas porque herdaram fortunas, mas porque transformaram tais fortunas em capital, que não é senão a relação social entre trabalho morto e trabalho vivo, entre dinheiro acumulado e força de trabalho capaz de valorizá-lo.

Por outro lado, o sistema capitalista, na busca constante de elevar sua lucratividade, transformou o dinheiro acumulado numa fonte de geração de mais dinheiro através do próprio dinheiro, criando uma fração rentista que nega a forma principal de geração do lucro através da produção, tornando o sistema muito mais instável.

No capitalismo, o poder político está subordinado tanto ao poder econômico, quanto à força social e política de cada classe. E as profissões dependem da divisão social do trabalho promovida pelo desenvolvimento técnico e científico da produção.

Nesse sentido, o Critério de Classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) é adequado, até certo ponto, para medir a distribuição da riqueza social e indicar como tal riqueza é acumulada, ou não, pelas diversas classes sociais. No entanto, ela está longe de poder indicar claramente como a população brasileira está dividida em classes socioeconômicas.

Sua classificação mede o poder aquisitivo das pessoas, avaliando os bens da família e o grau de escolaridade do chefe da casa. Os itens possuídos pela família, como quantidade de banheiros na casa, TVs em cores, rádios, geladeiras e freezers, automóveis, videocassetes ou DVDs, máquinas de lavar e empregados mensalistas são pontuados e sua soma definiria a que classe a família pertence, do ponto de vista da distribuição da riqueza produzida. Por esse critério, os estratos de classificação das classes seriam 8: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E.

Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Fundação Getúlio Vargas pretendem definir as classes sociais a partir, exclusivamente, de cinco faixas de renda, tendo por base o número de salários mínimos. O mesmo pretende o DIEESE, mas trabalhando com 7 faixas de salários mínimos, indo da faixa inferior a um salário mínimo até a faixa superior a 20 salários mínimos. Alguns outros institutos e consultorias privadas utilizam valores no-

minais de renda mensal, a menor abaixo de R\$ 200 e a maior acima de R\$ 14.400.

Uma das distorções das pesquisas com base nesses critérios é que elas não conseguem medir a renda, nem o montante de bens das classes proprietárias, embora o indicador do número de empregados domésticos possa dar alguma pista.

Outra lacuna é a ausência do que compõe a renda declarada. Salários? Lucros? Juros? Renda territorial? Aluguéis? O quê? Em outras palavras, as faixas de renda e o número de bens possuídos podem indicar o poder de consumo e dar alguma pista sobre a classe social correspondente, mas não são indicadores seguros de classificação socioeconômica.

Partindo do pressuposto que, numa formação social, existe não apenas o binômio das classes fundamentais, mas também outros binômios de classes em transição, um erro comum na análise das classes consiste em toma cada classe de um binômio separadamente, sem ao mesmo tempo analisar seu outro polo, e as demais classes em interação.

Há especialistas estudando o mundo do trabalho, sem ao mesmo tempo estudar o mundo proprietário específico. Como há estudiosos analisando as mudanças do mundo proprietário e do mundo do trabalho dos países avançados, supondo que as mudanças que ocorrem nesses países são exatamente as mesmas que ocorrem no Brasil e nos países em desenvolvimento.

Outro erro comum no estudo das classes sociais consiste em não ir a fundo nas diferenciações dentro de cada uma delas. Em inúmeros textos acadêmicos e políticos a burguesia aparece como algo monolítico, sem distinções e contradições internas relativamente profundas. E as confusões sobre as diferenciações internas na classe dos trabalhadores assalariados, e sobre o papel que cada uma de suas

frações pode desempenhar, também são extensas.

Como também são extensas as confusões em torno da mobilidade, das transformações das classes e da persistência de classes antigas, aparentemente fora do lugar, e das classes de trânsito, intermediárias ou médias, que coexistem com as classes fundamentais. Portanto, se quisermos esclarecer esses assuntos, só nos resta a opção de estudar o processo real de vida e de ação dos indivíduos e das classes de nossa época e nas fronteiras em que atuam, em confronto com o que sabemos da vida e da ação dos indivíduos e das classes de épocas anteriores.

Evolução da estrutura de classes na sociedade brasileira

Ao ter início a colonização europeia, logo depois de 1500, no território que depois veio a ser chamado de Brasil, aqui habitavam inúmeras hordas e tribos indígenas, cuja população estimada era de mais de 6 milhões de indivíduos, espalhados desde a bacia amazônica, ao norte, até os pampas, ao sul. A maior parte dessa população encontrava-se dispersa pelo litoral, havendo a suposição de que a migração original se deu através da bacia amazônica e, depois, pelo litoral no rumo sul. Mas há muitos indícios de povoações indígenas no interior, anteriores à época da *descoberta*.

Enquanto as hordas vagavam na busca de campos de coleta e de caça, já existiam tribos que combinavam a caça e a coleta com o cultivo de roças de mandioca e milho. Ou mesmo tribos que, sendo coletoras e caçadoras, haviam iniciado um processo de sedentarismo pela abundância de peixes e crustáceos, seja em algumas regiões da Amazônia, seja em vários pontos do litoral Atlântico.

Nessas tribos já havia se consolidado uma divisão sexual do trabalho, os homens sendo responsáveis e tendo a posse dos instru-

mentos de caça, pesca e coleta, enquanto as mulheres eram responsáveis pela organização da casa e tinham a posse dos utensílios de guarda e de preparação dos alimentos, assim como do mobiliário da casa (redes, banquetas etc). Todas as atividades em cada uma dessas divisões do trabalho eram comunitárias, e a distribuição dos resultados também era realizada comunitariamente, indicando que elas viviam no comunismo primitivo.

Sua evolução ocorria lentamente, seja porque o território não apresentava animais domesticáveis de porte, capazes de fornecer leite e carne (o que levou algumas tribos a praticarem o canibalismo, como forma de atender às necessidades de proteína), nem uma variedade ampla de cereais. Também não haviam evoluído nas técnicas de plantio, praticando a coivara e a rotação de áreas florestais, nem nas técnicas de irrigação e de aproveitamento pleno do milho e da mandioca, as únicas plantas que cultivavam. Convém lembrar que nesse mesmo período, tanto os incas, quanto os astecas, já praticavam cultivos irrigados e aproveitavam o milho para a produção de diferentes alimentos.

Desse modo, a organização tribal ainda evoluía por seleção natural pelo processo de ramificação a partir de certo aumento da população. As novas tribos recebiam novos nomes, enquanto o tronco original conservava o nome primitivo. Eventualmente, tribos oriundas do mesmo tronco guerreavam entre si pelo domínio de campos de caça e de coleta. Os prisioneiros de guerra podiam ser transformados em alimento, se a tribo vencedora praticasse o canibalismo, serem simplesmente eliminados, ou serem incorporados à tribo por algum motivo cultural. Não havia qualquer hipótese de que algum prisioneiro indígena fosse transformado em escravo. Gonçalves Dias, apesar de seu romantismo, é bastante realista ao tratar do sistema de vida nativista brasileiro.

Esse processo de evolução foi truncado pela descoberta e invasão do território pelos portugueses. No início, na ausência de metais preciosos, ou de um projeto imediato de exploração do território, os portugueses praticaram o escambo de quinquilharias e ferramentas, que fabricavam em seu artesanato, em troca de toras de pau-brasil, que os indígenas derrubavam e carregavam até as naus lusas. No entanto, esse escambo era inconstante, porque os indígenas ainda não tinham formado qualquer tipo de sistema produtivo interessante em criar excedentes e operavam segundo o sistema do estritamente necessário. Depois, quando os portugueses começaram a implantação das *plantations* de cana, que só poderiam ter sucesso com o emprego de forças de trabalho escravas, encontraram forte resistência dos indígenas, que preferiam morrer a serem transformados em escravos.

O escravismo colonial teve que ter por base a força de trabalho africana, cujas tribos já haviam evoluído, ou estavam em processo de evolução, para o patriarcado e para o escravismo. Além disso, transportada para um ambiente que lhe era estranho, essa força de trabalho tinha menos chances de fugir e resistir. Embora os portugueses continuassem buscando prear indígenas e transformá-los em escravos, essa prática teve maiores efeitos como forma de exterminação do que como forma de acrescentar novas forças de trabalho às *plantations*.

Paralelamente a esse processo escravocrata colonial, no norte e no extremo sul Brasil se instalou um modo de produção aparentemente comunitário, o das reduções indígenas, coordenado por missões católicas, tanto jesuíticas quanto franciscanas e de outras congregações. Estas conseguiram, pelo menos até 1750, a proibição formal da escravização de indígenas, colocando várias tribos sob sua proteção. Em troca dessa proteção e da distribuição aparentemente igua-

litária do que era produzido pelos indígenas, as reduções, em especial as da Província do Maranhão e Grão-Pará, tornaram-se grandes exportadoras de especiarias amazônicas, conformando uma sociedade híbrida, na qual os maiores descontentes eram os colonos portugueses, proibidos de trabalhar pelas instruções régias e, ao mesmo tempo, desprovidos de escravos.

Desse modo, em substituição ao comunismo primitivo esparsos antes existente sobre o território, foi se formando uma sociedade que tinha por base a propriedade privada fundiária (sesmarias), onde forças de trabalho escravo produziam cana nos eitos e açúcar nos engenhos. As primeiras expressões de organização estatal, as *capitanias hereditárias*, mostraram-se rapidamente ineficientes, sendo substituídas por *governadorias gerais*, que respondiam diretamente ao reino português, e por *câmaras municipais*, que congregavam os *homens bons*, os senhores de escravos, na governança local.

Paralelamente a isso, o gado importado para moer engenhos e transportar cargas, foi conquistando os campos do sertão ocidental e dos pampas sulinos dando ensejo ao surgimento de um sistema pecuário que se diferenciava do sistema agrícola escravista por ter, como força de trabalho, homens livres que se colocavam sob a proteção de fazendeiros e se obrigavam a pagar a partilha do gado que cuidavam, e a pagar o cambão, isto é, trabalhar alguns dias da semana nas feitorias do fazendeiro, um sistema aparentado à corveia medieval. Esse sistema era quase autossuficiente, produzindo quase tudo que necessitava para sua reprodução ampliada.

A descoberta das minas de ouro e diamantes nas Matas Gerais, no final do século 17, paralelamente à crise de lucratividade das *plantations* e engenhos de açúcar, em virtude da concorrência dos plantadores antilhanos, subverteu profundamente os processos produtivos do território e também da metrópole. As minas demanda-

vam escravos, ferramentas, alimentos, tropas de transporte, bens de consumo diversos, além de se transformarem em polos de atração de massas humanas. A coroa portuguesa teve que proibir a emigração para o Brasil, pois correu o risco de perder a maior parte de sua força de trabalho para as minas brasileiras.

Os senhores de escravos e de engenhos do Nordeste desciam em comitivas de parentes e escravos para explorar as minas. Traficantes de escravos intensificaram a preação africana e indígena brasileira, estimulando o desenvolvimento de portos e estradas por onde pudessem subir do litoral para as Gerais, de modo a suprir as demandas de um sistema mineiro no qual as peças escravas duravam no máximo cinco anos. As fazendas de gado, equinos e muars entraram no comércio de suas tropas, abrindo estradas por onde trafegavam no rumo das minas, tanto a partir dos pampas, quanto das barrancas do São Francisco. Homens livres de diferentes origens assentaram-se como posseiros em terras do vale do Paraíba e de outros cursos d'água para produzir alimentos vegetais. Surgiram vilas onde se assentaram comerciantes, artesãos e outros especialistas demandados pela crescente vida urbana. O comércio, antes restrito à rota monopolista colônia-metrópole, desdobrou-se por várias regiões do território colonial.

O século 18 assiste, ao mesmo tempo, às primeiras manifestações da conformação dos brasileiros como um povo diferente do povo português, e da paulatina formação de uma classe latifundiária escravista, em contraposição aos homens livres divididos em inúmeras profissões e atividades. Mas a verdadeira conformação da classe latifundiária escravistas só vai ocorrer no século 19, quando a coroa portuguesa se vê obrigada a fugir para o Brasil e estabelece sua nova sede no Rio de Janeiro.

Os quarenta anos posteriores assistem às revoltas que iriam não

só demonstrar a existência de homens livres plebeus, como os farrapos, balaios e cabanos, mas principalmente a conformação dos latifundiários escravistas como uma classe capaz de se articular nacionalmente para garantir seus interesses, inclusive negociando a independência da antiga colônia.

Não é por acaso, assim, que a Lei Agrária de 1850 proíbe a posse de terras por pessoas não qualificadas para tanto. Que, aproveitando-se da demanda europeia por café, ainda prolonga o escravismo por mais de quarenta anos, numa época em que esse modo de produção perdera sua capacidade econômica e em que o capitalismo já o abominava como obstáculo à formação de mercados compradores de produtos industriais. E que, na falência do escravismo, mantenha a propriedade monopolista da terra e transforme seus ex-escravos em forças produtivas através de diferentes formas de agregação e servidão consentida, na qual os servos não pertenciam à terra, mas se encontravam amarrados ao latifúndio por diversas obrigações informais.

No início do século 20, a estrutura social brasileira tem no seu topo a classe latifundiária, com suas frações cafeeira, pecuária e canvieira como as principais.

Em contraposição a classe latifundiária, há uma relativamente vasta classe de camponeses, constituindo a maior parte da população, na condição de meeiros, terceiros, foreiros, isto é, agregados aos latifúndios, e também de posseiros dispersos por várias regiões do país. Nas vilas já se encontra uma burguesia comercial, tributária dos latifundiários, enquanto nas cidades maiores a burguesia comercial tem certa independência, mas é fundamentalmente intermediária entre a burguesia industrial estrangeira e o latifúndio comprador. Para essa classe burguesa mercantil já trabalha um proletariado disperso, formado por uma parte minimamente letrada e uma parte analfabeta, em geral de ex-escravos.

Ao mesmo tempo, as novas demandas sociais fazem com que membros das famílias latifundiárias se tornem médicos, advogados e engenheiros, conformando uma burguesia de serviços com os pés na propriedade fundiária.

O artesanato, o comércio e os serviços, tanto privados como públicos, também abrem janelas para a ascensão de membros das famílias assalariadas urbanas, conformando tanto uma pequena burguesia proprietária de meios de produção, quanto um setor assalariado de salários mais elevados, cujo padrão de vida pode ser equivalente aos dos pequenos proprietários de meios de produção.

São essas classes que, nos anos 1920, assistiram aos investimentos de latifundiários e de burgueses comerciais para substituir vários produtos, antes importados, principalmente tecidos, por produtos fabricados em unidades produtivas no Brasil, dando surgimento tanto a uma burguesia industrial, quanto a um proletariado industrial, ambos incipientes. E, mais rapidamente do que se pensava, ambas trouxeram à luz suas contradições nas greves ocorridas entre 1917 e 1920. Rapidez que se deveu, em grande parte, ao fato dos operários contratados serem originários de migrações de países industrializados, já com alguma experiência de trabalho e de luta fabril.

Nos anos posteriores, em especial após 1930, tanto a burguesia industrial quanto o proletariado industrial ganharam maior musculatura, tornando-se atores ativos da vida brasileira, embora a classe latifundiária continuasse no comando da vida econômica e política nacional.

Por tudo isso, não tem sentido a suposição bastante difundida no Brasil, constando inclusive do Wikipedia, de que, embora as classes sociais sejam uma instituição literariamente conhecida há muito, elas só teriam começado a ter presença em nosso país a partir dos anos 1950; e ainda que, a partir do *boom* de crescimento econômico dessa década, que teria se prolongado até os anos 1980, teria sido

criado algo até então inédito na história do país, uma classe média brasileira.

Essas suposições a-históricas se devem, em parte, a uma discussão acadêmica que só supõe a existência de classes sociais quando esses agrupamentos humanos possuem consciência de constituírem realmente uma classe, ou aquilo que denominam de classe para-si.

Segundo tal visão, os grandes proprietários territoriais, ou latifundiários, que exerceram o escravismo nas plantações de cana e, depois, nas plantações de café, embora se considerassem os *homes bons* que podiam participar das câmaras municipais e, depois, das transações da corte, dos partidos liberal e conservador, e do parlamento imperial, não teriam sido uma classe social porque os escravos também não teriam constituído uma classe.

Os comerciantes que comandavam as exportações e importações nas relações com a metrópole e, a partir de 1808, com a Inglaterra e outras nações, embora tenham participado ativamente de alguns acontecimentos de repercussão histórica, como a balaiada e a cabanagem, também não teriam chegado a constituir uma classe porque seus escravos e empregados livres também não constituiriam classes sociais próprias.

Os latifundiários, que deixaram de ser escravistas e passaram a utilizar o trabalho dos ex-escravos como camponeses agregados, embora dominassem as políticas provinciais e participassem ativamente do parlamento e da divisão do poder republicano, também não teriam se formado como classe porque os camponeses não formariam uma classe, apesar de seus repentinos movimentos de rebelião, uns sob manto religioso, como Canudos, Contestado e Pau de Colher, outros como banditismo rural, como o cangaço.

O mesmo teria ocorrido com os comerciantes e os industriais tradicionais, com seus assalariados urbanos, e com a crescente cama-

da de funcionários de serviços públicos e privados, que aceleraram a urbanização, a partir da segunda década do século 20 e durante os anos 1930 e 1940.

Segundo a visão acima referida, que desconsidera a classe-em-si e só considera a classe-para-si, a formação das classes sociais teria se dado a partir dos anos 1950, com a formação de três classes sociais no país: uma classe mais abastada, uma classe média e uma classe baixa.

A *classe mais abastada* seria composta de quatro grupos sociais distintos:

1) *os que dirigem diretamente a maquinaria capitalista do país*: grandes empresários, grandes banqueiros, grandes acionistas, grandes fazendeiros, grandes industriais etc;

2) *os que gravitam em torno desse núcleo principal*: diretores, assessores e gerentes de grandes empresas e indústrias em geral, e também de donos de empresas que assessoram as maiores;

3) *os altos funcionários do Estado brasileiro*: juízes, desembargadores, funcionários bem situados dentro dos três poderes, presidentes de empresas estatais, promotores, políticos, professores universitários bem graduados, funcionários estatais eleitos, militares de alto escalão etc;

4) *os que sobrevivem dos gastos dos quatro grupos*, ou seja, aqueles que prestam serviços indiretamente ou atendem diretamente a classe mais abastada, e pelo seu ganho, pertencem a ela. Tendo suas variações, como profissionais liberais bem-qualificados ou que ocupam funções políticas e/ou de direção. Composto ainda por médicos, advogados, engenheiros e arquitetos conceituados, proprietários de bares chiques, de clubes, de academias caras, de colégios particulares, de cursos de línguas conceituados, de construtoras famosas e tradicionais, especialistas etc.

Haveria exceções, em vista da existência de *famílias nobres* (elite tradicional, ilustres, que detinham grande fortuna antigamente), e também outras que também são relativamente antigas, ilustres e que detiveram grandes fortunas antigamente, mas que não são tão tradicionais (antigas) e ilustres quanto as famílias nobres. As pessoas que pertenceriam a este grupo, embora não tenham um ganho mensal altíssimo como os empresários e executivos de sucesso, viveriam na classe alta, teriam um status social elevado e, normalmente, participariam de associações elitistas.

A *classe média* seria constituída por cinco grupos distintos:

1) *os trabalhadores que prestam serviços diretamente aos grupos mais ricos*: cozinheiros-chefes, pilotos e motoristas bem-qualificados, vendedores de lojas mais caras, empregadas domésticas mais qualificadas, professores doutorados de colégios e universidades particulares e de cursinhos, seguranças bem-qualificados etc;

2) *os profissionais com ensino superior empregados em funções medianas em empresas*: chefes em geral, analistas, engenheiros recém-formados, plantonistas de clínicas particulares, professores sem doutorado do colegial de colégios privados etc;

3) *os profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados*: médicos do sistema público, advogados e funcionários concursados;

4) *os funcionários de escritório mais qualificados, de empresas ou do governo*: diretores e supervisores de colégios e escolas públicas, bancários de postos intermediários, delegados de polícia em início de carreira, enfermeiras experientes etc;

5) *os trabalhadores manuais de maior qualificação e os operários especializados de indústrias públicas e privadas*: mecânicos, eletricitas e encanadores de competência e renome, metalúrgicos, fresadores, instrumentistas, inspetores de qualidade, torneiros mecânicos etc;

As *classes baixas*, por seu turno, seriam formadas por cinco grupos distintos:

1) *os que prestam serviços a baixos preços às classes médias*: empregadas domésticas pouco qualificadas, cozinheiros pouco qualificados, garçons, vendedores de lojas baratas, cabeleireiros mal-pagos, pedreiros etc;

2) *os trabalhadores industriais menos (ou não) qualificados*: outros operadores industriais;

3) *os funcionários não-qualificados de escritórios*: aqueles que prestam serviços aos que trabalham dentro dos escritórios, tais como os office e motoboys e faxineiros;

4) *os funcionários não-qualificados do Estado*, como os faxineiros, limpadores de rua, merendeiras, jardineiros de praças públicas etc;

5) *os trabalhadores rurais de pequenas propriedades familiares*.

Fora da distribuição de classes acima se encontrariam aqueles que estão *desempregados* ou aqueles que não possuiriam terras, já que ambos não possuiriam renda.

A rigor, essa classificação tem por critério exclusivo a renda, dela não fazendo parte a riqueza e a propriedade, a não ser ocasionalmente. Em consequência, a *desigualdade social*, uma das mais marcantes características da sociedade brasileira, teria que decorrer exclusivamente do controle da renda disponível que, no contexto do sistema capitalista, faz parte da distribuição.

Mas se tomarmos por base da divisão social o critério da propriedade dos meios de produção, podemos reconfigurar os atores sociais acima em pelo menos três grandes classes sociais:

1) *Classe proprietária capitalista*: proprietários territoriais rurais, proprietários territoriais urbanos, proprietários industriais, proprietários de bancos e instituições financeiras, proprietários de sistemas comerciais e de serviços, proprietários agrícolas e rentistas. Nesta

classe, que os marxistas e algumas outras correntes de pensamento chamam *burguesia*, estão incluídos fundamentalmente *os donos da maquinaria capitalista do país, isto é*, grandes e médios empresários agrícolas e pecuários, banqueiros, acionistas, industriais, comerciantes e de serviços. Donos de grandes escritórios de advocacia, hospitais, clínicas, escolas, prédios de aluguel, redes de bares, restaurantes, supermercados, assim como grande número de ações, certamente são empresários capitalistas.

Por outro lado, diretores, assessores e gerentes de grandes e médias empresas capitalistas, *altos funcionários do Estado*, juízes, desembargadores, presidentes de empresas estatais, promotores, políticos, professores universitários bem graduados, militares de alto escalão, médicos, advogados, engenheiros, arquitetos e outros profissionais liberais, embora profissionalmente recebam salários, podem ser capitalistas e fazer parte da burguesia se tiverem a propriedade de grandes e médios meios de produção, no todo ou em parte.

Famílias ou pessoas descendentes de elites tradicionais, que detinham fortunas, podem pertencer a essa classe se tiverem aplicado sua fortuna como capital, isto é, em meios de produção e força de trabalho para a reprodução ampliada ou continuada do capital. Se não mais tiverem fortuna a ser transformada em capital, certamente não pertencem a essa classe, embora até possam pensar e agir como se a ela pertencessem.

2) *Classe de proprietários de meios de produção com capacidade de contratar poucos ou nenhum trabalhador, que trabalham com seus próprios meios de produção ou se assalariam como forma de complementar seus meios de produção*: micros e pequenos agricultores proprietários ou posseiros de pequenas parcelas, micros e pequenos industriais e comerciantes, micros e pequenos empresários de serviços, micros e pequenos rentistas.

Do ponto de vista profissional, nessa classe, que os marxistas chamam de *pequena-burguesia*, e outras correntes de pensamento chamam de *classe média*, poderiam estar incluídos médicos, advogados, engenheiros arquitetos, professores, agrônomos, mecânicos, eletricitistas, barbeiros, chefes de cozinha e inúmeras outras profissões, desde que sejam proprietários de pequenos negócios agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, onde trabalhem com o auxílio da família e/ou de poucos trabalhadores assalariados. Trabalhadores de pequenas propriedades familiares agrícolas, se fizerem parte da família, pertencem a essa classe e não à classe dos trabalhadores assalariados.

Somente pertenceriam a essa classe *trabalhadores que prestarem serviços diretamente aos grupos mais ricos, como cozinheiros-chefes, pilotos e motoristas bem-qualificados, vendedores de lojas mais caras, empregadas domésticas mais qualificadas, professores doutorados de colégios e universidades particulares e de cursinhos, seguranças bem-qualificados, profissionais com ensino superior empregados em funções medianas em empresas, profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados e funcionários de escritório mais qualificados, de empresas ou do governo* que, além de assalariados, possuem um pequeno capital, isto é, meios de produção através do qual também obtenham algum tipo de lucro, juros, renda fundiária ou aluguéis.

3) *Classe trabalhadora sem propriedade de meios de produção*: assalariados agrícolas, assalariados industriais, assalariados do comércio e dos serviços públicos e privados.

A essa classe, que os romanos antigos chamavam *proletariado*, termo mantido pelos marxistas e também por outras correntes de pensamento, pertenceriam todos os trabalhadores assalariados que não tem a propriedade de qualquer meio de produção, a não ser sua própria força de trabalho, sejam eles trabalhadores que prestam serviços dire-

tamente aos grupos mais ricos, profissionais com ensino superior empregados em funções medianas em empresas, profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados, funcionários de escritório mais qualificados, de empresas ou do governo, trabalhadores manuais de maior qualificação, operários especializados de indústrias públicas e privadas, empregadas domésticas, cozinheiros, garçons, vendedores, cabeleireiros, pedreiros, trabalhadores industriais menos ou mais qualificados, funcionários de escritórios, funcionários do Estado e trabalhadores assalariados rurais.

Essas classes não são estáticas nem estanques. No caso específico do Brasil, o processo de transformação das antigas classes sociais, herdadas do sistema agrário, primeiro escravista e, depois, camponês agregado, promoveu duas grandes transformações sociais, aceleradas a partir dos anos 1960, ambas relacionadas com a classe latifundiária antiga, que vivia quase exclusivamente da renda fundiária arrancada do trabalho de parceiros, rendeiros, meeiros e outras categorias de trabalhadores rurais.

A classe latifundiária foi modernizada pelo Estado ditatorial, capitalizando sua maior parte e transformando-a numa *fração agrária da classe proprietária capitalista*, o que se conhece normalmente como *agronegócio*. Essa classe não vive mais apenas da renda da terra. Possui a propriedade de uma série de outros meios de produção modernos, como máquinas, equipamentos, sementes melhoradas, gado de alta linhagem etc, e emprega trabalho assalariado, tanto qualificado, como os operadores de máquinas, agrônomos, veterinários e outros, quanto não qualificado, como os cortadores de cana, coletores de algodão etc. Portanto, obtém lucro e outras rendas permitidas pela propriedade do capital.

Uma parte dos latifundiários não se modernizou e continua presente na sociedade brasileira, embora haja uma tendência crescente

de que suas terras sejam apropriadas pelo capitalismo agrícola e que o restante dessa velha classe simplesmente desapareça.

A modernização capitalista da antiga classe latifundiária, por outro lado, expulsou milhões de camponeses agregados das terras em que trabalhavam, dando lugar às máquinas e a trabalhadores assalariados. Seu êxodo para as grandes e médias cidades, em busca de trabalho, num dos maiores movimentos migratórios conhecidos pela história brasileira, expandiu a favelização urbana brasileira a níveis nunca vistos. Criou-se, assim, um exército de força de trabalho de baixo custo para o chamado *milagre econômico* da ditadura militar, força de trabalho que não foi totalmente absorvida durante aquele milagre.

A partir da crise dos anos 1970 e da estagnação econômica que se seguiu, conformou-se então um imenso *exército de reserva de força de trabalho* que, na prática, pode ser considerada uma *classe lumpen, descamisada, marginalizada, o lumpesinato*.

O termo *lumpen* vem da língua alemã e tem o significado de *trapo, farrapo, degradado*. Marx cunhou o termo *lumpenproletariado* para caracterizar aquelas parcelas do proletariado jogadas no desemprego, vivendo sob condições sub-humanas. Outros autores têm utilizado o termo *lumpesinato* para designar não só as parcelas do proletariado jogadas nessa situação, mas também as parcelas do campesinato e de outras classes vivendo nas mesmas condições. É nesta acepção que usaremos este termo neste trabalho.

Em vista do exposto acima, existe a possibilidade de considerarmos, no Brasil, uma estrutura de classes sociais comportando quatro classes – burguesia, pequena-burguesia, proletariado e lumpesinato, cada uma delas conformando frações que tanto cooperam, colaboram e se unem, como expressão dos interesses fundamentais de cada uma, como concorrem, competem, conflitam e se dividem, tendo em conta seus interesses particulares, ou específicos.

Como as pesquisas, em geral, não partem dos critérios de propriedade de meios de produção, mas na melhor das hipóteses de propriedade de bens de consumo duráveis, os indicadores numéricos sobre essas classes não são precisos.

O fato de que apenas 600 mil famílias possuam um número de empregados domésticos superior a 20 pode indicar que a classe capitalista constitua cerca de 1% da população total. O fato de que mais de 72% dos trabalhadores tem uma renda de até 3 salários mínimos pode apontar para o volume da classe dos trabalhadores assalariados. E os 11% que não têm remuneração podem, eventualmente, coincidir com a população urbana *lumpen*. O que nos deixaria com 16% de classe média, algo em torno de 30 milhões de pessoas.

No entanto, tal estimativa sofre do defeito de não resultar de pesquisas que apontem a relação real das pessoas com a propriedade de meios de produção e com a contratação de força de trabalho assalariada.

Esse defeito, além de haver voltado à tona com a suposição da formação de uma *nova classe média*, comporta uma série de outros fatores que incidem sobre ela.

Cabe ressaltar, em particular, aqueles relacionados com a implicação da transformação das ciências e tecnologias nas principais forças produtivas da atualidade. De instrumentos de conhecimento da natureza e da sociedade, as ciências estão se tornando ciências de resultados, portanto em tecnologias que estão revolucionando ainda mais as forças produtivas e sua produtividade. Os principais exemplos dessa transformação podem ser encontrados na química, que hoje praticamente só se dedica em produzir substâncias novas, entre as quais podem ser incluídos os *chips* para usos em aparelhos eletrônicos.

Essas mudanças nas forças produtivas têm dado ensejo, em termos mundiais e nacionais, a fenômenos como o desemprego tecnológico e a desindustrialização relativa.

Nos países capitalistas avançados o desenvolvimento das forças produtivas pode ter chegado perto de seu teto, com uma produtividade tão elevada que torna desnecessária a contratação de grande número de forças de trabalho. O desemprego de operários e técnicos qualificados torna-se um resultado corriqueiro do avanço tecnológico. Esse desenvolvimento da produtividade também reduz a lucratividade, algo inerente ao desenvolvimento capitalista.

Isso tem levado o capitalismo dos países avançados a duas medidas estratégicas para compensar aquela queda da lucratividade, ou da taxa média de lucro.

A primeira é a segmentação, ou transferência de suas plantas de produção para países que ofereçam forças de trabalho mais baratas, portanto desindustrializando seus países de origem. Nessas condições, a fragilização ou desaparecimento da fração industrial da classe dos trabalhadores assalariados se acelera.

A segunda é aplicando parte crescente de seus ganhos no mercado financeiro especulativo, mesmo que isso signifique o risco desses recursos serem queimados nas crises financeiras, como ocorreu como uma série de empresas norte-americanas nas últimas crises.

Nesses países, os setores de serviços parecem conquistar a superioridade sobre os setores industriais e comerciais, pelo menos enquanto as corporações empresariais conseguem manter seus centros de desenvolvimento tecnológico no país de origem.

O problema crescente é que os países que oferecem mão-de-obra mais barata passaram a exigir que tais centros também sejam relocados, acompanhando as plantas industriais. Nessas condições, os serviços também se reduzem aos correntes, sem qualquer peso na geração de empregos, nem na produção de lucros. A possibilidade da fração industrial da classe operária assalariada engrossar a fração de trabalhadores nos serviços também tende a se reduzir.

A esse processo conturbado junta-se o aumento da concentração e centralização do capital, dando às corporações empresariais e a seu braço financeiro a hegemonia sobre as demais frações da classe capitalista, todas elas correndo o risco de serem arrastadas pela eclosão de crises que atingem não apenas o sistema financeiro, mas a economia como um todo, as chamadas crises sistêmicas.

A rigor, em termos mundiais, a classe capitalista nunca foi tão pequena e tão poderosa quanto agora, com um grupo de menos de 500 corporações transnacionais dominando cerca de 60% de toda a produção mundial.

Por outro lado, a segmentação produtiva dessas corporações enfraqueceu seus países de origem e fortaleceu uma série de países periféricos, inclusive tornando viáveis alguns países que eram tidos como economicamente inviáveis.

Para complicar a análise, essa expansão capitalista reduziu a participação da fração operária da classe trabalhadora dos países avançados, mas intensificou a industrialização dos países periféricos, fazendo surgir uma classe trabalhadora assalariada, com sua fração operária, muito mais extensa do que a que existira anteriormente na Europa e nos Estados Unidos. Países principalmente agrários, como a China, Índia, Vietnã, Indonésia, Tailândia, Malásia, e o próprio Brasil, estão se tornando países predominantemente industriais.

No Brasil ocorrem fenômenos idênticos quanto à hegemonia capitalista, principalmente estrangeira, mas a desindustrialização brasileira é de natureza diferente da desindustrialização dos países centrais, resultando não de um estágio elevado das forças produtivas e da necessidade do capital migrar para países que possibilitem taxas de lucro mais elevadas, mas da criminosa política de privatização e desinvestimento neoliberal.

Em outras palavras, no Brasil ainda há um grande espaço para o

desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, da força de trabalho assalariado e de sua fração operária.

Desse modo, as hipóteses e linhas de pesquisa sobre a estrutura das classes sociais no Brasil terão que levar em conta esses fatores em curso, tanto internos quanto internacionais, para captar não só a situação atual, mas as principais tendências em curso.

Hipóteses e linhas de investigação sobre a estrutura de classes

No Brasil, nos últimos anos, uma série crescente de pesquisadores vem realizando estudos referentes ao proletariado, à classe trabalhadora, à classe operária, ao mundo do trabalho, assim como vários estudos e pesquisas sobre a classe média. Porém, os estudos sobre o exercito industrial de reserva e o *lumpensinato*, que assumiram enormes proporções e apresentam uma diversificação interna considerável, têm sido esparsos e fragmentados. Os estudos sobre a burguesia também se reduziram, paradoxalmente à medida que essa classe se tornou verdadeiramente dominante no país. É como se ela fosse algo conhecido por princípio.

O que apresentamos a seguir são linhas gerais dos estudos referentes a cada uma dessas classes sociais e as linhas prováveis de investigação para aprofundar o conhecimento sobre elas.

1. Classe capitalista ou burguesia

No passado, destacaram-se no estudo da burguesia, e da possibilidade ou não de uma revolução burguesa no Brasil, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes.

A eles se juntaram, como representantes de correntes que podem ser chamadas “nacional-burguesa” e “nacionalista”, pensadores como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Celso Furtado, Ignacio Rangel,

Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes de Almeida, João Cruz Costa e Manuel Diegues.

Mais tarde, trataram do assunto Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Philippe Schmitter, Maria Antonieta Leopoldi, Ary César Minella, Sebastião Cruz, Renato Boshi, Eli Diniz e outros, mais restritos ao campo acadêmico.

Quase todos eles reconhecem a dificuldade de caracterizar com precisão a *quem* nos referimos quando tentamos enquadrar um grupo ou classe social nos conceitos normalmente utilizados de “empresariado”, “classe empresarial”, “elite empresarial”, “classe capitalista” ou “burguesia”.

Essas classificações têm por base, em geral, figuras ou grupos mais evidentes e representativos, ou o domínio da parcela mais significativa da renda nacional.

Segundo alguns estudos, em 1980, os 10% mais ricos da população nacional, chamada de *classe alta*, controlavam 50,9% de toda a renda disponível. Se somarmos a esse contingente a parte mais rica da classe média brasileira, ou seja, outros 10 % da população nacional, essa parcela de apenas 20% da população controlaria quase 67% de toda a renda nacional. Embora isso possa ser um indicador importante, ele não nos fornece informações precisas sobre quem é quem na burguesia. Um estudo mais detalhado deve apontar como a burguesia domina os vários ramos da produção e da circulação das mercadorias no país.

Por exemplo, há informações seguras de que grandes grupos capitalistas e estatais estrangeiros, sozinhos ou associados à Petrobras, possuem participação ativa na exploração e produção marítima de petróleo e gás. Alguns grupos privados nacionais, associados a fundos estrangeiros, também estão disputando a participação nessa área, especialmente tendo em vista as reservas do pré-sal. O mesmo ocor-

re no ramo de fabricação de equipamentos para esse setor, com várias empresas nacionais se associando a empresas estrangeiras detentoras de tecnologias, de modo a produzir equipamentos e componentes no Brasil.

Ainda na área de exploração e produção de petróleo e gás, os setores da burguesia que operam nos poços terrestres, hoje considerados marginais, são grupos de tamanho médio, associados ou não à Petrobras, cujos empreendimentos são de risco e de lucratividade muito variável, em grande parte por não contarem com equipamentos nacionais de exploração e produção, nem com sistemas de circulação adequados.

Todos esses setores da burguesia nacional e da burguesia estrangeira têm interesse em manter a exploração de petróleo e gás ainda por muitos anos, e farão o possível para evitar que outros tipos de combustíveis substituam os fósseis, ou que os preços internacionais caiam abaixo de um nível de lucratividade aceitável.

Na área de exploração e produção de minérios, a Vale e a Rio Tinto, duas das maiores corporações mundiais do setor, mantêm preponderância absoluta, especialmente quanto aos minérios de ferro e manganês.

A Vale, embora tenha uma participação ativa de fundos de pensão e de um banco nacional, tem grande parte de suas ações em poder de investidores estrangeiros. Além disso, ao conquistar a concessão da ferrovia do Atlântico, passou a exercer poder de monopólio sobre a produção e circulação de minérios das empresas mineradoras menores, tanto da Bahia, quanto de Minas, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional.

A burguesia envolvida nesse setor tem interesses contraditórios. Aquelas que também são das áreas siderúrgica e metalúrgica, como a CSN, Cosipa e outras, têm interesse em que os preços de produção

e de transporte se mantenham baixos, tanto em termos nacionais quanto internacionais. As que destinam sua produção para os mercados internacionais, como é o caso das duas maiores, manobram sempre para manter altos os preços internacionais e evitar a entrada de novas empresas no setor, sejam nacionais ou estrangeiras, aí incluindo a instalação de empresas siderúrgicas que possam combinar a produção de gusa e aço com a exploração e produção dos minérios no território brasileiro. Paradoxalmente, elas preferem que a demanda interna não cresça substancialmente, de modo que possam manter sua posição no mercado internacional.

A burguesia do ramo siderúrgico é predominantemente estrangeira, embora nela se encontrem alguns grandes grupos nacionais, como Gerdau e Votorantim. Em termos gerais, são 8 grupos privados que controlam a produção de 27 usinas (eram 43, em 1990), cuja produção está limitada, em parte, a lingotes e laminados para atender ao mercado interno e, em parte, a produtos demandados pelo mercado externo. Essa burguesia tem interesse no crescimento do mercado interno, embora sua capacidade instalada talvez não esteja em condições, a curto prazo, de atender a uma demanda crescente e sustentada não só de lingotes e laminados, mas também de produtos especiais.

A burguesia do ramo químico, incluindo os segmentos de uso industrial; farmacêutico; defensivos agrícolas; perfumaria, higiene e limpeza; e tintas, vernizes, esmaltes e lacas tem uma participação predominantemente estrangeira.

Em algumas áreas, há uma alta concentração e centralização do capital, com uma ou duas empresas monopolizando-as, como é o caso dos gases industriais, pela White Martins, dos petroquímicos básicos, pela Braskem, do sulfato de amônia, pela Unigel, Braskem e Bunge, e dos defensivos agrícolas pela Monsanto, Dow, Basf, Cargil e Bunge.

O único grupo nacional de porte é a Braskem (Petrobras e Odebrecht), enquanto grupos nacionais de menor porte têm participação nos fármacos genéricos e plastificantes.

A tendência geral do ramo é de concentração e centralização pelos grandes grupos transnacionais, ocorrendo inclusive a transferência de plantas para outros países de mão-de-obra mais barata.

O exemplo mais escandaloso a respeito diz respeito à privatização da Companhia Nacional de Álcalis, que produzia carbonato neutro de sódio, e foi fechada, tornando o Brasil de produtor a importador desse produto.

O poder desse setor da burguesia pode ser medido, em parte, pela participação, em 2009, no PIB nacional (3,1%), no PIB industrial (11,2%), no emprego (quase 400 mil empregados) e no déficit de mais de US\$ 20 bilhões, que causa na balança comercial do setor (US\$ 23 bilhões, em 2008).

A burguesia nacional das montadoras de veículos, como a Gurgel e a Puma, foi liquidada há muitos anos, sendo substituída totalmente pela burguesia estrangeira. Esta opera em sistema de oligopólio, articulando-se para evitar a qualquer custo o aumento da concorrência, seja por importados, seja pela instalação de novas plantas no país, de modo a impedir a redução dos preços internos e, por tanto, das taxas de lucratividade. Com fábricas segmentadas em diferentes partes do mundo, essa burguesia utiliza o privilégio de importar componentes e veículos, em muitos casos funcionando como simples *maquiladora*, ao mesmo tempo em que utiliza sua capacidade de emprego de mão-de-obra para obter privilégios governamentais, como aumento dos impostos sobre importados de empresas ainda não instaladas no Brasil, e redução de impostos sobre veículos aparentemente fabricados, em seu todo, no Brasil.

O setor automobilístico inclui ainda um segmento de fabricação

de componentes e peças, que inclui empresas estrangeiras e nacionais, tanto de grande, quanto de médio e pequeno porte. As fábricas de motores e de componentes tecnologicamente mais sofisticados, como Cummins, Bridgestone e outras, são de propriedade estrangeira. Mas muitas das fábricas de componentes e peças pertencem a empresários brasileiros, embora seus contratos de fornecimento com as montadoras estrangeiras sejam, em geral, sufocantes. Apesar disso, sem alternativas, essa parte da burguesia, em geral, defende os interesses da burguesia estrangeira do setor porque isso, no momento, é essencial para a sua sobrevivência.

A burguesia da produção agrícola organizada, isto é, do chamado *agronegócio*, divide-se em dois grandes grupos.

Um, dominante, que é, ao mesmo tempo, proprietária fundiária e produtora capitalista, e outro, que não tem a propriedade fundiária, arrendando ou alugando a terra para realizar a produção agrícola. Esse conjunto capitalista agrário e agrícola abrange cerca de 400 mil empresas de produção e comercialização agrícola, sendo proprietário de cerca de 180 milhões de hectares, ou 50% das terras agricultáveis. Por outro lado, só cultiva lavouras e pastos em 65 milhões de hectares. Embora tenha elevado a capacidade produtiva das terras e do gado, através de sistemas de mecanização, fertilização e uso de novas variedades, essa burguesia tem como questão estratégica manter seu domínio não só sobre as terras apropriadas, mas não utilizadas, que abrangem cerca de 120 milhões de hectares, mas também sobre os 200 milhões de hectares de terras indígenas, da União, e de conservação. Além disso, essa grande burguesia se empenha num processo constante de expropriação, ao mesmo tempo violenta e pacífica, ilegal e legal, extra-econômica e econômica, das terras pertencentes a mais de 4 milhões de pequenos e médios agricultores, que ocupam uma área superior a 85 milhões de hectares.

O capital bancário e financeiro é outro ramo econômico onde a propriedade é altamente concentrada e centralizada, apesar da participação de bancos e empresas financeiras estatais. Três grandes bancos privados – Itaú, Santander e Bradesco – um dos quais estrangeiro, têm peso determinante na economia, detendo boa parte da dívida pública e utilizando-se dos altos juros para obter altíssima lucratividade. Outros bancos e empresas financeiras menores participam dos mesmos interesses, numa rede extremamente complexa de associações cruzadas, nacionais e internacionais, inclusive com os setores industrial, comercial e de serviços, cujo principal objetivo consiste em manter as altas taxas de lucratividades. Essas associações cruzadas tornaram hegemônicos os interesses dos setores bancário e financeiro na economia brasileira.

Recentemente, diante da crise financeira internacional e dos riscos inerentes ao dinheiro fictício (dinheiro gerado pela especulação financeira, sem correspondência com a riqueza material realmente existente), o sistema financeiro tem introduzido algumas mudanças em seus procedimentos, ampliando a criação de fundos de investimentos em processos produtivos. Nessas condições, a redução de juros pode se tornar lucrativa se for substituída por lucros crescentes na produção material. No entanto, isso não parece ser uma inflexão dos sistemas bancário e financeiro para alguma espécie de racionalidade econômica, mas apenas um movimento tático diante dos problemas atuais do capitalismo internacional e nacional.

Além dos ramos sucintamente apresentados acima, a classe burguesa presente no Brasil, tanto nacional quanto estrangeira, detém inúmeros outros, tanto na indústria e agricultura, quanto no comércio e serviços, sobre os quais se pode até ter uma informação relativamente precisa da participação de cada um na *formação bruta de capital fixo* e no emprego de trabalhadores. Mas ainda não temos

ou utilizamos informações mais precisas sobre as organizações societárias utilizadas pelas empresas, seja através de suas cadeias produtivas, seja por meio de processos de centralização do capital, incluindo a produção industrial, a circulação das mercadorias e o manejo financeiro. Os dados sobre a participação nos lucros, juros, rendas e outras formas de acumulação no capital total são de difícil obtenção. Desse modo, em geral, temos dificuldade em precisar os problemas, interesses e contradições entre os diversos ramos e setores do capital, ou de apreender a dinâmica que altera a existência econômica, social e política da classe burguesa, como um todo, e de suas diferentes frações ou setores, em particular.

O que explica a dificuldade com a qual muitos estudiosos se deparam para entender a dinâmica que levou, no Brasil, à transformação da classe dos latifundiários de velho tipo numa fração agrária e agrícola da burguesia. Ou que permitiu à fração ou setor financeiro do capital alcançar a hegemonia da classe no processo de reestruturação científica e tecnológica das forças produtivas. Ou que permitiu a transformação dos meios de comunicação de massa numa fração burguesa altamente concentrada e oligopolista, apesar da concorrência de morte em que às vezes parecem empenhadas. Tudo isso tem levado não poucos pensadores a defenderem a teoria de que, também no Brasil, ingressamos numa era pós-industrial, ou informacional, que tende a reduzir substancialmente o papel das frações produtivas da burguesia, em benefício das frações que dominam os serviços, especialmente os financeiros.

O que nos impõe uma investigação mais detalhada da propriedade privada dos meios de produção, de seus departamentos, ramos, setores, cadeias produtivas, montante de capital constante e variável, produtividade, lucratividade e outros indicadores que nos permitam um conhecimento mais aproximado da burguesia como um todo e

de suas frações, assim como de seus interesses comuns e específicos, nacionais e internacionais, e das formas de que se utiliza para justificar seu sistema como natural e o único capaz de dar oportunidade a todos.

Devemos atingir um conhecimento em profundidade dessa classe que domina a sociedade brasileira, ao ter o domínio econômico e, também, a hegemonia ideológica, na qual se insere a hegemonia cultural, e a hegemonia política.

Como vimos nos exemplos acima, os interesses da burguesia como um todo, e das suas diversas frações, aparecem na ação individual e coletiva de seus membros, permitindo vislumbrar muitas de suas contradições internas e de suas contradições com as demais classes da sociedade.

No momento, apesar do fracasso da experiência neoliberal, grande parte da burguesia continua convencida de que a qualquer privatização é superior a qualquer intervenção estatal, desde que a ausência dessa intervenção não exclua os financiamentos com dinheiro público.

Embora tenha dificuldade em se colocar abertamente contra os programas de desenvolvimento econômico com redistribuição de renda, ela se empenha em monopolizar todos os projetos, na prática funcionando como um freio a tais programas e colocando em risco a redistribuição de renda.

Ela também se empenha em tornar predominante a ideia de que o chamado *Custo Brasil* está associado principalmente ao custo dos salários, procurando desregular a legislação trabalhista e aumentar as taxas de exploração da força de trabalho.

Ao mesmo tempo, a burguesia também procura induzir que os problemas relacionados com a infraestrutura (um dos principais componentes daquele Custo Brasil) e com a tendência inercial de desin-

dustrialização resultam da lerdeza e ineficiência dos governos Lula e Dilma, e não da quebraadeira provocada pelos governos neoliberais, em especial do período FHC.

E, apesar de se beneficiarem de um sistema tributário que foi construído para favorecer seu oligopólio sobre a economia brasileiro, estimulam o ataque a tal sistema, aproveitando-se das dificuldades do governo nessa área para obter ainda mais concessões tributárias, supostamente em benefício do mercado interno.

Além disso, a burguesia atua ideológica e politicamente em todos os campos, de modo a manter intocada sua hegemonia. No parlamento, por exemplo, a tradição guerreira e assassina do velho latifúndio pré-capitalista é revivida pelos representantes políticos do agronegócio, a *bancada ruralista*, que se tornou a tropa de choque do reacionarismo e do conservadorismo contra qualquer medida democrática e popular proposta pelo governo.

Em diferentes áreas do aparelho de Estado, experientes chicaneiros e corruptos trabalham o tempo todo para envolver petistas em operações fraudulentas e denunciá-los à execração pública. E a grande mídia se transformou, abertamente, em órgãos escrachados de propaganda *marrom*, com a revista *Veja* sendo a expressão corporativa mais evidente da hipocrisia a la Demostenes Torres.

Apesar disso, a burguesia continua politicamente dividida porque não possui um projeto alternativo de desenvolvimento capitalista.

A grande burguesia, representada pelas corporações empresariais nacionais e estrangeiras, que conjugam interesses financeiros, industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, pretende manter seu oligopólio sobre a economia brasileira, para impor preços administrados e obter alta lucratividade, o que, por sua própria natureza, é um impedimento a qualquer crescimento sustentado.

Setores intermediários dessa burguesia, tanto industriais, quando comerciais e de serviços, pretendem um desenvolvimento que atenda também seus interesses de alta lucratividade e baixo risco, mas ao mesmo tempo não querem, ou temem, romper com os setores oligopólicos, a não ser pontualmente. Portanto, defendem um projeto de desenvolvimento inconsistente.

Classe trabalhadora assalariada ou proletariado

Os estudos referentes à classe dos trabalhadores assalariados já comportam uma bibliografia extensa e diversificada. Em qualquer pesquisa que pretenda apreender uma visão mais abrangente sobre a estrutura das classes sociais no Brasil, tal bibliografia precisará ser recapitulada e confrontada com os dados da realidade. Mesmo porque ela também apresenta uma enorme variedade de interpretações a respeito da realidade dessa classe social.

Alguns pesquisadores afirmam que, desde meados do século 20, essa classe vem sendo aparentemente “dissolvida através de medidas estatais de administração da luta dessa classe social contra o capital”, fazendo com que o proletariado seja “dificilmente reconhecível na superfície da sociedade atual, embora sua luta continue, mas de forma subterrânea e invisível”. Ou seja, ao estudar a classe trabalhadora assalariada isolada do estudo da dinâmica da classe burguesa no desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação do capital, esses pesquisadores creditam ao Estado as mudanças no mundo do trabalho, desdenhando o fato de que os assalariados são irmãos siameses da burguesia.

Outros afirmam que, nos países capitalistas mais avançados, o proletariado teria um padrão de vida superior àquelas que imperavam no início da Revolução Industrial, quando as jornadas de tra-

balho eram extensas, inclusive para a mão-de-obra infantil, permitindo que hoje os órgãos estatísticos o classifiquem como “classe média”. Desse modo, não discutem o grau desse padrão de vida em relação aos lucros e ao padrão de vida da classe capitalista, o que provavelmente poderia demonstrar que a intensidade da exploração aumentou, ao invés de diminuir, em decorrência da elevação da produtividade do trabalho e das máquinas, que não são senão trabalho realizado.

Há os que partem do pressuposto de que as tecnologias da informação, em especial as redes virtuais de comunicação, têm ajudado a construir uma nova ordem econômica, na qual o conhecimento teria assumido papel primordial, redimensionaria a demanda de trabalho e afetaria diretamente aos trabalhadores, pela intensa concorrência que se efetivaria por formas de racionalização na produção e na gestão. As ideias seriam mais valorizadas do que os ativos físicos, fazendo com que o diferencial de uma empresa não fosse mais seu avanço tecnológico, que poderia ser rapidamente copiado pela concorrência, mas a qualidade dos serviços oferecidos. A qualidade se tornaria, assim, algo imaterial, o que contradiz todo o processo de produção global dos últimos 30 anos.

Na verdade, parece ter sido a transformação das ciências e tecnologias nas principais forças produtivas, traduzindo-se no avanço tecnológico, o que teria aumentado a exigência de escolaridade para os empregos, até mesmo em atividades simples.

Não há muitas dúvidas de que a exigência do mercado por trabalhadores qualificados, com níveis médios e altos de instrução, aliada à escassez do emprego formal, acarretou mudanças significativas no mercado de trabalho, muitas vezes com preferência por trabalhadores mais velhos e mais qualificados, em detrimento dos mais jovens, sem experiência.

Alguns deduzem que são justamente essas mudanças nas exigências de qualificação que estariam reduzindo os empregos nos setores primário e secundário da produção e ampliando os empregos no setor terciário. No entanto, essa tendência não parece ser global e, onde ocorre, como nos países mais desenvolvidos, ela se dá no bojo da redução geral dos empregos.

Não são poucos os que deduzem, daí, que essas mudanças estariam tendo reflexos na educação profissional, levando à adoção de modelos baseados em competências. Não se trataria mais de qualificar o trabalhador para o trabalho em si, mas de formá-lo para uma situação em que o trabalho nem sempre seria o foco fundamental da existência. Seria necessário formar o trabalhador para que possa enfrentar tanto o emprego, quanto o desemprego e o auto-emprego, permitindo-lhe rápidas reconversões e reciclagens profissionais. À medida que o trabalhador fabril for substituído pelo trabalhador de serviços, o trabalho perderia a centralidade na organização da sociedade, sendo substituído pela centralidade da empresa. O eixo das relações de trabalho deixaria de ser o conflito entre capital e trabalho, com a introdução de uma dimensão externa, representada pelo cliente e pela opinião pública. Concluem, portanto, que seria necessário examinar essa nova realidade sob a perspectiva da complexidade, da visão sistêmica e multidisciplinar, abandonando as visões dualistas e polares.

Em geral, essas teorias não reconhecem que, usando sua terminologia, a perda da centralidade do trabalho nos países desenvolvidos resulta das mudanças estruturais do capitalismo e, ao invés de criar a centralidade da empresa, cria a centralidade do não-trabalho, conformando uma massa imensa de pessoas potencialmente capazes de trabalhar, mas sem acesso às condições do trabalho. Ao alcançar uma população de mais de 50 milhões de pessoas abaixo da linha da pobre-

za, basicamente em virtude do desemprego, a sociedade norte-americana talvez seja o exemplo mais vivo dessa mudança de centralidade.

Além disso, a regressão das condições de trabalho nos países avançados, em virtude da necessidade do capital elevar sua taxa de lucro e sua capacidade de reprodução e acumulação, tem levado muitos empresários a retomar práticas comuns do início da Revolução Industrial, seja dentro de seus próprios países, com o uso abusivo de trabalhadores clandestinos, seja transferindo plantas industriais para países de força de trabalho mais barata. Por outro lado, esses movimentos do capital dos países centrais, que os desindustrializam e aumentam seu desemprego tecnológico, são os mesmos que industrializam países periféricos e elevam o emprego de trabalhadores industriais, reforçando a centralidade do trabalho nesses países.

Assim, ao não levarem em conta o desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo e em cada país, muitos pesquisadores fazem tábua rasa das diferenciações e tendências opostas em curso, e consideram que as iniciativas de ajuste das políticas sociais às situações de desemprego estrutural, flexibilização do trabalho, maior mobilidade, bem como diferentes arranjos de inserção no mercado de trabalho, têm a mesma natureza nos países centrais e no Brasil, o que os leva a conclusões equivocadas.

No estudo da classe trabalhadora, assim como da classe capitalista no Brasil, é fundamental distinguir a natureza das mudanças estruturais do capital nos países com forças produtivas num alto estágio de desenvolvimento, a exemplo dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Inglaterra, da natureza das mudanças estruturais do capital dos países com forças produtivas em estágios intermediários ou de baixo desenvolvimento, a exemplo do Brasil, China, Rússia, Índia, África do Sul, Coréia, Indonésia, Cingapura e inúmeros outros países, nos diversos continentes.

Em vários destes países, a industrialização ganhou impulso inusitado e transformou grandes contingentes de camponeses em trabalhadores industriais, comerciais e de serviços, com prioridade para os primeiros. Nessas condições, conformaram grandes classes trabalhadoras assalariadas, tendo como fração principal a classe trabalhadora industrial, a exemplo da China, Índia e Coréia.

O Brasil ingressou tarde nesse caminho porque, nos anos 1990, sob o domínio das políticas neoliberais, realizou um brutal processo desindustrializante, que produziu uma nefasta fragmentação de sua força de trabalho assalariada. Segundo o IBGE, o setor informal empregava, em 1997, 12 milhões de brasileiros, o que correspondia a 25% dos trabalhadores urbanos. Os índices de desemprego e de exclusão temporária ou permanente do mercado cresceram como resultado do enxugamento de pessoal, utilização de trabalhadores eventuais e terceirização de etapas do trabalho.

Apesar das mudanças ocorridas no Brasil, a partir de 2002, há certa interpretação de que a desindustrialização continuará sendo o fator estrutural determinante, o que poderia ser comprovado pelo fato de que os trabalhos nos setores de serviços, assim como os trabalhos rotativos, estariam sendo intensificados. Essa tendência pode realmente se tornar uma realidade se o país não ingressar num forte processo de re-industrialização, que possibilite não só o aumento dos empregos nos setores do comércio e dos serviços, mas principalmente nos setores industriais.

Portanto, numa pesquisa abrangente sobre o mundo do trabalho no Brasil, é fundamental articular o estudo da expansão ou contração do capital ao estudo da contração ou expansão da classe dos trabalhadores assalariados. Isso inclui a relação dos assalariados com cada uma das frações, ramos, setores e departamentos do capital, seja em termos de densidade de trabalhadores, salários, formas de

organização da produção, formas de cooperação no trabalho, capacidade técnica e cultural, concorrência interna, formas de organização social e política e principais problemas.

Nos últimos anos, houve diminuição do desemprego, de 22% a uma taxa inferior a 10%, incluindo postos de trabalho formais e informais. Dependendo da região, de cada 10 postos de trabalho gerados, 7 a 9 são formais, com carteira assinada. Apesar disso, há certo consenso de que o Brasil ainda tem uma parcela muito expressiva de pessoas no mercado informal e há precariedade no mercado de trabalho.

A questão dos salários e da renda também ocupa um papel crescente no debate atual, em especial com as tentativas de demonstração de que emergiu uma nova classe média, embora de baixa renda. Em 1980, os salários respondiam por 50% da renda nacional, mas em 2000 respondiam por 38%, e hoje estão em torno de 46%. Isso ocorre porque os postos de trabalho são de baixa remuneração, na maioria de até dois salários mínimos. Em termos de valor, o salário mínimo de R\$ 622,00 continua quatro vezes menor do que o valor de R\$ 2.323,21, calculado pelo DIEESE.

A terceirização é outro fenômeno em expansão, contribuindo para a precarização do trabalho nos mais diversos tipos de empresas, desde estatais, como a Petrobras, grandes empresas mistas, como a Vale, e nos sistemas bancários. Segundo vários estudiosos, a terceirização é responsável por salários 40% a 60% menores do que os de seus colegas não terceirizados, realizando as mesmas tarefas.

O Brasil também tem uma das taxas de *rotatividade no trabalho* mais altas do mundo. Estima-se que 62% dos trabalhadores sem carteira assinada mudam de posição em um período de apenas 12 meses, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os trabalhadores por conta própria — cuja atividade é, na maior parte das vezes, precária — vêm em seguida, com rotatividade de

31,85%. E os funcionários com carteira assinada têm estabilidade, mas com taxa considerada acima do aceitável: 17,47%. Estudo da Universidade de Brasília (UnB) também revela que, entre 1992 e 2006, metade dos trabalhadores brasileiros do setor privado que têm carteira assinada ficou menos de dois anos no emprego.

Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais atingem anualmente cerca de 500 mil trabalhadores, com uma taxa de mortalidade de 2.500 trabalhadores. A construção civil e o setor sucroalcooleiro apresentam altas taxas de acidentes e mortes. E exposição a produtos químicos e a falta de equipamentos de segurança adequados também provoca mais de 20 mil casos de câncer, conforme registros do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Problemas relacionados com Acordos Coletivos Especiais, mecanismos da Participação nos Lucros e Resultados (PRL), flexibilização das relações de trabalho e outros, que envolvem estratégias organizativas e de negócios das empresas capitalistas, certamente precisarão ser enfrentados em qualquer pesquisa que diga respeito à classe trabalhadora assalariada em sua relação com a classe capitalista e demais classes presentes no universo brasileiro.

Porém, um dos aspectos menos abordados nos estudos sobre a classe trabalhadora brasileira atual diz respeito ao fato de que, no Brasil não há mais a possibilidade de transferir grandes parcelas da população rural para trabalhos na indústria, no comércio e nos serviços. Essa transferência ocorreu massivamente durante os anos 1960 e 1970, quando grandes massas camponesas que viviam nos latifúndios foram expulsas pela modernização capitalista do campo. Hoje, as forças de trabalho a serem mobilizadas para um novo processo de industrialização e desenvolvimento já são urbanas, com visões de sobrevivência social diferentes daquelas que ainda predominam nas populações camponesas.

Essas forças de trabalho, inclusive as que foram empregadas nos últimos anos, têm o desemprego e o subemprego como seus principais problemas, uma grande parte delas vivendo no limbo entre a classe trabalhadora e o lumpesinato. São, portanto, uma classe trabalhadora nova, diferente da que foi formada nos anos 1960 e 1970. Sua experiência de vida tem os problemas urbanos como principais, embora possam ser encontradas algumas parcelas com resquícios da experiência rural. Mas ela não tem ainda experiência de luta contra o capital, corporificada na exploração direta no chão da fábrica e em outras instalações do sistema produtivo e de circulação capitalista. Ainda mais que a classe trabalhadora assalariada que restou das lutas dos anos 1970 e 1980 envelheceu, e os anos 1990 foram de profundo descenso das lutas e mobilização sociais, inclusive da classe trabalhadora. Descobrir em que medida esse novo proletariado tem avançado em ganhar consciência de sua situação de classe explorada pelo capital, e dos problemas que tal situação coloca diante dele, talvez seja alguns dos principais aspectos das pesquisas sobre o atual mundo do trabalho.

Classe média ou pequena-burguesia

Nelson Werneck Sodré situa o aparecimento de uma classe intermediária entre os senhores de escravos e os escravos antes do surgimento da burguesia, ou classe capitalista brasileira, e chama a essa classe de pequena burguesia. Evidentemente, Sodré descarta os comerciantes e mercadores como uma classe capitalista, seja porque ela vivia subordinada e convivía com os escravistas, seja porque parecia não se constituir um agrupamento social com interesses próprios.

Por outro lado, da mesma forma que há uma suposição de que os conceitos de classe social, luta de classes e burguesia são criações

marxistas, também há a suposição de que o conceito de pequena-burguesia seja uma criação de Marx. Entretanto, todos esses conceitos surgiram bem antes de Marx aparecer na história. Essa suposição incorreta parece estar na base de certa aversão ao termo *pequena-burguesia* por boa parte da intelectualidade brasileira, que prefere o termo genérico de classe média, que encobre a questão da propriedade, e é mais adaptável ao método de classificação social tendo por base a renda e o poder de consumo.

Desse modo, é relativamente fácil encontrar inúmeros estudos e trabalhos referentes à classe média, muitos dos quais dão pistas interessantes sobre a ambiguidade proprietária-trabalhadora, que caracteriza a pequena-burguesia, mas que fogem de aprofundar as implicações e contradições que tal ambiguidade produz nessa classe social.

Os estudos históricos apontam que, do ponto de vista político, a pequena-burguesia brasileira sempre se encontrou razoavelmente dividida entre o radicalismo democrático e o conservadorismo e reacionarismo absolutista.

Da mesma forma que uma parte da pequena-burguesia deu origem ao *movimento tenentista*, de tendência democrática, uma parte dos membros desse movimento migrou com tranquilidade para a Aliança Liberal, para a substituição das antigas oligarquias fundiárias por novas oligarquias comandadas por eles, e para a ditadura varguista de viés fascista. Em todo o período posterior, não é difícil comprovar essas divisões e movimentações políticas da pequena-burguesia.

Nos últimos anos surgiram estudos, por exemplo, que relacionam a classe média exclusivamente a empregos com boas perspectivas de carreira nas grandes empresas e no funcionalismo público. Desse modo, o que caracterizaria a classe média seria a maior renda, proveniente da maior qualificação profissional.

Nos anos 1980 e 1990, em que as teorias do pós-industrialistas fizeram praça, surgiu uma literatura relativamente vasta, alertando tal classe média de que a *era do emprego* terminara, o mundo tendo evoluído para ligações tênues. A classe média restariam apenas as oportunidades dos pequenos negócios, a exemplo da comercialização de algum produto ou serviço, da fabricação em pequenas unidades caseiras, e de outras atividades produtivas ou de circulação e distribuição de mercadorias, todas elas reguladas por algum tipo de ligação com o mundo das grandes empresas.

Este ponto de ligação, na prática subordinação, à grande empresa, apesar do suposto desaparecimento do emprego, é uma contradição. Ela está presente em toda a argumentação que procura, por um lado, transformar os assalariados menos qualificados em biscateiros de baixa renda e os assalariados mais qualificados em negociantes sofisticados e, por outro lado, manter todos ligados umbilicalmente à grande empresa, supostamente a única provedora de oportunidades seguras.

Para isso, a classe média deveria convencer-se não só que a empregabilidade findara, mas também que o mundo ingressara numa dinâmica caracterizada pela mudança e fluidez constantes. Para enfrentar com sucesso essa dinâmica, a grande empresa oferecia a todos as estratégias que poderiam ter sucesso ante os erráticos desafios dos novos tempos.

Embora essas teorias tenham surgido com força nos países capitalistas desenvolvidos, como resposta às reestruturações desindustrializantes e de financeirização das corporações transnacionais, elas foram mecanicamente copiadas no Brasil, embora a crise e o desemprego aqui presentes fossem de outra natureza.

De qualquer modo, uma parte considerável de assalariados qualificados de altos salários, juntamente com suas famílias e, muitas vezes em sociedade com outros congêneres que também se considera-

vam de classe média, jogou-se em negócios arriscados de pequenos bares, lojas diversas e pequenas confecções, ao mesmo tempo em que outra parte se jogou em negócios supostamente seguros por estarem ligados a grandes empresas, de marketing de rede e franquias.

O desemprego, decorrente da estagnação dos anos 1980 e da desindustrialização neoliberal dos anos 1990, jogou inúmeros engenheiros, administradores de empresas, químicos e outros profissionais relacionados com a produção industrial e com a construção pesada a trabalharem com a barriga encostada em balcões de bares e de lojas, enquanto outros se dedicavam a vendas diretas a domicílio e à formação de grupos em cadeia para a multiplicação dessas vendas, como empreendedores independentes.

Nesse período, generalizou-se também a difusão das franquias como método de comercialização, no qual os licenciados aplicavam normas e procedimentos estipulados por redes empresariais já existentes, pagando-lhes *royalties* pela franquia. As estatísticas produzidas para promover esses sistemas de emprego pretensamente independente acabaram sendo abaladas, mais tarde, pela grande rotatividade desses tipos de pequenas empresas e negócios, cujo período de vida se mostrou muito curto, torrando as poupanças de muitos empreendedores e jogando-os de volta ao mercado de trabalho assalariado ou ao desemprego.

Paralelamente a isso, uma série considerável de médias e grandes empresas industriais ingressou num processo intenso de reestruturação da organização produtiva. A linha geral foi a de criação de unidades autônomas dentro da própria empresa. Esta passou a funcionar como uma cadeia produtiva completa, em que aquelas unidades autônomas funcionavam como elos que deveriam vender seu produto aos elos seguintes. Dentro de cada unidade, ou fábrica dentro da fábrica, os problemas deveriam ser resolvidos por seus *patrões* (os antigos ge-

rentes) e seus *colaboradores* (os antigos operários), de modo a obterem resultados financeiros, através das vendas às outras unidades.

Cada unidade deveria apresentar uma lucratividade que justificasse sua própria existência. A remuneração dos *colaboradores* e do *patrão* variava de acordo com tal lucratividade, impondo a cada unidade relações de mercado com as demais. A fábrica foi transformada de unidade do mercado no próprio mercado, vendo-se internamente às voltas com as leis de concorrência ou competição inerentes ao funcionamento do capital, em substituição à cooperação e colaboração que davam sinergia à empresa. Todas as suas ações internas passaram a ser dominadas pela racionalidade (melhor seria dizer irracionalidade) financeira, num primeiro momento permitindo aos novos patrões elevar a produção dos diversos setores da empresa.

Logo depois, porém, o coletivo de patrão e colaboradores de cada unidade introduziu mudanças na organização do trabalho, com critérios próprios de contratação e regime operacionais, de modo a obter altos lucros financeiros, independentemente das normas produtivas. O que foi impondo uma desorganização produtiva e contábil ao conjunto da empresa, fazendo com que esta vivenciasse em seu interior, ao invés de seu tradicional planejamento microeconômico, a anarquia comum ao mercado.

No final dos anos 1990, muitas empresas começaram a dar marcha a ré nessas estratégias de reengenharia, de modo a articular o processo produtivo e evitar que a organização empresarial se tornasse caótica. O que colocou um basta à possível expansão da classe média empresarial através do que também ficou conhecido como mini-fábricas.

De qualquer modo, os exemplos acima ilustram como setores assalariados de alta renda podem, eventualmente, tornar-se micros e pequenos empresários. Às vezes, são empresários de tempo suplemen-

tar. Ou trabalhadores que são proprietários de meios de produção e os operam, sozinhos, com o auxílio da família, ou ainda com a participação de trabalhadores assalariados. Esses tipos de empresários-trabalhadores, ou de trabalhadores-empresários, em geral micros e pequenos, estão na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços.

Eles, por um lado, se ufanam de serem proprietários que trabalham, e de serem trabalhadores que se elevaram acima dos demais. Nesse sentido, eles exercem uma forte atração sobre o conjunto da classe dos trabalhadores assalariados, apontando para a possibilidade de ascensão social. Por outro lado, por toda parte eles enfrentam a concorrência das empresas capitalistas e, como no caso do Brasil, obstáculos de sobrevivência difíceis de superar. Por isso mesmo, sua perspectiva é a de superar esse tipo de concorrência e elevar-se à condição burguesa, proprietária de meios de produção que lhes permitam enfrentar, de igual para igual, os demais concorrentes capitalistas.

Do ponto de vista objetivo é necessário, ainda, considerar a existência de trabalhadores assalariados, cuja qualificação profissional e cuja renda lhes permite um padrão relativamente elevado de vida, fazendo-os supor que pertencem realmente à pequena-burguesia, embora prefiram a classificação de classe média. Sua consciência deixa de ser a do assalariado explorado e passa a ser a da pequena-burguesia que aspira tornar-se burguesa.

No entanto, em termos econômicos, há uma diferença significativa entre a pequena-burguesia proprietária de meios de produção e os setores assalariados que se colocam na posição de pequena-burguesia. Uma pesquisa apropriada a dimensionar e a apreender as diversas características de classe da pequena-burguesia proprietária de meios de produção deve, em princípio, seguir parâmetros idênticos à pesquisa sobre a burguesia, buscando saber suas formas societárias, sua participação nos diversos departamentos, ramos, setores e cadeias produtivas

do capital, seu montante de capital constante e variável, sua produtividade e lucratividade, assim como outros indicadores que nos permitam um conhecimento mais aproximado dessa pequena-burguesia como um todo, suas frações, e seus interesses.

Na atualidade, após sofrer um intenso processo de fragmentação e falência durante o período neoliberal, a pequena-burguesia proprietária de meios de produção busca desesperadamente enfrentar sua baixa acumulação de capital, com maior acesso a fontes de crédito, redução da carga tributária, maior apoio jurídico, técnico e administrativo, e menores exigências burocráticas para seu funcionamento, de modo a enfrentar a concorrência dos setores capitalistas maiores, e o constante risco de expropriação por parte deles. Apesar dos governos Lula e Dilma haverem adotado algumas medidas para atender a essas demandas, essas medidas custam a chegar na ponta e, muitas vezes, quando chegam, sofrem interpretações diversas daquelas estipuladas nos decretos, regulamentos e outros dispositivos governamentais. Em virtude desse descompasso, essa pequena-burguesia proprietária oscila permanentemente entre o apoio e a oposição ao governo, ainda mais que sofre a influência constante dos ataques a respeito do anti-capitalismo do PT.

Em certa medida, algo idêntico ocorre com os assalariados que se supõem integrantes da pequena-burguesia. Boa parte deles se esforça por acumular capital e estabelecer seu próprio negócio, transformando o sonho em realidade. A pressão por maiores salários passa a constituir, então, a principal preocupação dessa pequena-burguesia não-proprietária de meios de produção, mesmo daquele segmento que não tem espírito empreendedor. Nessas condições, acicatada pela intensa propaganda em torno da emergência de uma *nova classe média*, essa potencial pequena-burguesia, além de trazer à tona preconceitos de classe e de raça em relação aos *emergentes*, se joga na batalha

por salários ainda mais altos, a exemplo do que vem acontecendo com setores do funcionalismo público.

Em termos gerais, nas condições econômicas e políticas brasileiras da atualidade, a pequena-burguesia proprietária de meios de produção pode jogar um papel estratégico na disputa com os oligopólios, no sentido de intensificar a industrialização e o desenvolvimento em moldes democráticos e concorrenciais, dependendo porém das ações efetivas de apoio que o governo e o Estado lhes propiciarem. Sozinha, por sua dispersão e fraqueza econômica, o máximo que essa pequena-burguesia conseguirá será, com seus votos, derrotar a esquerda se esta não conseguir estabelecer com ela uma aliança clara, que lhe permita desenvolver-se no sentido da burguesia. Quanto à potencial pequena-burguesia não-proprietária de meios de produção, o não atendimento de suas pretensões salariais e de outros privilégios, certamente jogará uma parte dela na oposição e deixará outra em vacilação, como historicamente tem ocorrido.

Exército industrial de reserva e lumpemproletariado

A palavra alemã *lumpen* significa, ao pé da letra, *homem trapo*. Marx a utilizou para cunhar o termo *lumpenproletariado* e classificar aquela parcela da população desprovida não apenas da propriedade de meios de produção, mas também das condições para vender sua força de trabalho e obter seus meios de subsistência. Assim, do ponto de vista social, ela está situada abaixo do proletariado.

Historicamente, os *lumpens* sempre estiveram presentes, de uma forma ou outra, nas diversas sociedades, em algumas sendo formalmente reconhecidas como tais, a exemplo dos parias indianos e japoneses. A condição de existência e sobrevivência dos parias firmou suas características humanas e sociais como vagabundos, farrapos,

desprezíveis, miseráveis, fracos, pusilânimes e outros adjetivos similares, que a vida transformou em substantivos.

Em todos os tempos, por outro lado, foi possível detectar a existência de *lumpens* oriundos de diversas classes sociais, em geral vivendo no limbo entre elas, ou mesmo em seu interior, a pretexto de representar um estilo de vida diferente. A burguesia moderna, por exemplo, possui seus próprios lúmpens, alguns vivendo de rendas, outros manejando as fortunas do submundo do contrabando, tráfico de drogas, tráfico de mulheres e crianças, jogatina, prostituição e diversos outros ramos da criminalidade e do banditismo.

À medida que o capitalismo criou o chamado *exército industrial de reserva*, como necessidade para intensificar a concorrência entre a força de trabalho desprovida de propriedade e para comprá-la a baixo preço, o *lumpemproletariado*, *lumpesinato* ou *subproletariado* ganhou contornos muito maiores do que o existente nas formações históricas anteriores. Camadas do exército industrial de reserva transformam-se em *soldados* de diferentes ramos da criminalidade e do banditismo, muitas vezes atraindo também setores do próprio proletariado e da pequena-burguesia.

É por essa razão que vários pesquisadores afirmam que não existem profissões, classes e povos isentos de lúmpens. E que os lúmpens, além de serem destituídos de recursos econômicos provenientes do trabalho social, são também destituídos de consciência ideológica e política, portanto, de consciência de classe. O que os levou, em vários momentos da história, a servir aos interesses das classes dominantes.

O caso clássico do início da era capitalista foi a utilização do lumpenproletariado de Paris para perpetrar o golpe de Estado do dezoito brumário de Luis Bonaparte. Os fascistas e os nazistas dos anos posteriores à primeira guerra mundial utilizaram os lúmpens como suas tropas de choque para disseminar o terror e chegar ao poder.

Os lumpens têm sido personagens clássicos da literatura e do cinema mundial, desde a antiguidade até os tempos modernos. Assim, ao contrário do que supõem alguns desavisados históricos, o capitalismo gerou as nações desenvolvidas e cultas, mas apenas em algumas poucas dessas nações os lumpens estiveram ausentes. E todos os países capitalistas desenvolvidos, paradoxalmente, à medida que chegam ao ápice de suas forças produtivas, realimentam o lumpemproletariado com novas ondas de desempregados que perdem a esperança de vender sua força de trabalho.

No Brasil, o lumpesinato surgiu em diversas cidades em que o comércio se desenvolveu, paralelamente ao escravismo, tendo por base homens livres de trabalho incerto, vivendo mais do que natureza lhes fornecia. Os diversos tipos de balaios e cabanos, do norte e nordeste do Brasil, são embriões históricos do lumpesinato urbano, que foi ampliado após o fim da escravidão legal através da formação de favelas, mocambos e outros tipos de aglomerações urbanas pobres e miseráveis. O banditismo rural, também surgido durante o escravismo e ampliado após o fim da escravidão legal, foi outra expressão do lumpesinato, sobrevivendo até o final dos anos 1930. Mas o crescimento exponencial do lumpesinato ocorreu a partir dos anos 1950, com a introdução da legislação trabalhista no campo, e especialmente nos anos 1960 e 1970, com a modernização dos latifúndios, a substituição, por máquinas, dos agregados, foreiros, rendeiros e outros camponeses que trabalhavam *de favor* nos latifúndios, e atração exercida pela oferta de empregos industriais nas cidades, que se mostrou incapaz de atender ao afluxo de algumas dezenas de milhões de migrantes rurais.

Nas artes brasileiras, os lumpens têm presença constante. Jorge Amado chegou a declarar que tinha a honra de ser o escritor das prostitutas e dos vagabundos, enquanto Chico Buarque fez blague

com a situação dos malandros do passado e da atualidade. E os noticiários policiais, nos últimos tempos, passaram a ocupar os principais espaços das televisões, rádios e de vários jornais da imprensa escrita, em grande parte expressando a forte presença do lumpesinato na sociedade brasileira. O lumpesinato mais conhecido é representado justamente por aqueles setores associados ao banditismo urbano (traficantes de drogas, assaltantes, sequestradores etc), vivendo em favelas, misturados tanto a outras parcelas do lumpesinato que não descambaram para o banditismo, quanto com trabalhadores. Mais recentemente, grupos de lúmpens, constituídos por moradores de rua e usuários de drogas pesadas passaram a ocupar áreas urbanas centrais ou periféricas específicas, enquanto grupos ligados ao banditismo estão se deslocando para cidades médias do interior, seja pelo desenvolvimento econômico dessas cidades, seja pela adoção de novos métodos repressivos nas grandes cidades.

Embora no Brasil tenham sido raros os casos de uso do lumpesinato para ações provocadoras que justificassem repressões às mobilizações sociais, como foi o caso de *quebra-quebras* no Rio, São Paulo e outras capitais, no final dos anos 1940, essa possibilidade não pode ser descartada, tendo em conta a estimada existência de mais de 16 milhões de pessoas vivendo nessas condições. Em tese, supõe-se que ações de atração para atividades culturais e esportivas, realizadas por organizações não-governamentais, elevação do nível de trabalho, organização e cooperação de algumas atividades consideradas *sujas*, como a de catadores de lixo, e programas de transferência de renda articulados à exigência de educação e saúde, podem minorar as tendências para o banditismo. Mas parece fora de dúvida que a geração de acessos a trabalho e renda é a forma mais segura para reduzir o lumpesinato em suas diversas expressões.

De qualquer modo, um conhecimento mais profundo dessa ca-

mada ou classe social torna-se uma necessidade para definir com mais propriedade a estrutura de classes da sociedade brasileira.

Como o lumpesinato não possui propriedades formais, nem relações de trabalho legais, será necessário empregar instrumentos de pesquisa que combinem estatísticas policiais e judiciárias, notícias e reportagens jornalísticas, assim como enquetes com fontes primárias, para obter uma visão aproximada e mais consistente da extensão, das diversas características, e das formas de sobrevivência e de pensamento desse setor na sociedade brasileira.

Conclusões

Ao compreender com mais propriedade a estrutura de classes da sociedade brasileira é fundamental não perder de vista a necessidade de enxergá-la em movimento e transformação. Isto é, compreender que os elementos que compõem as diversas classes sociais se movimentam em todos os sentidos, seja dentro de sua classe, seja para fora dela e ingresso em outra. Em outras palavras, transformar o atual conceito de *mobilidade social* num conceito dinâmico, a ser empregado na análise das informações recolhidas pela investigação social.

Nesse sentido, é essencial distinguir a *mobilidade horizontal* da *mobilidade vertical*. Na mobilidade horizontal as alterações profissionais, educacionais e de renda não provocam mudança de classe, embora possam causar mudança de fração de classe.

Um assalariado ajudante de prensista, que se tornou ferramenteiro ou torneiro mecânico, não mudou de classe nem de fração de classe. Um assalariado operador de máquinas, que estudou e se tornou desenhista num escritório de projetos, continua pertencendo à classe assalariada, mas mudou de fração de classe, saindo da fração operária para a fração de serviços. Um assalariado, que ganhava um salá-

rio mínimo como ajudante de limpeza numa fábrica e, pelo esforço do estudo e aperfeiçoamento profissional, passou a ganhar 4 salários mínimos como mecânico de manutenção na mesma fábrica, não mudou de classe nem de fração.

Um micro-empresário que possuía uma fabriqueta de produção de vasos e artefatos de barro e resolveu mudar de ramo, passando a ser apenas comerciante desses artefatos, se movimentou da pequena-burguesia industrial para a pequena burguesia comercial. Portanto, mudou de fração de classe, mas não de classe. O mesmo ocorrerá com um capitalista que resolveu vender suas instalações comerciais, onde comercializava produtos diversos, e se tornar fabricante de bicicletas ou de outros produtos industriais. Ou com um ladrão que era especializado em furto de carros e resolveu trocar essa atividade pelo tráfico de drogas. Em todos esses exemplos, temos mobilidade horizontal.

A mobilidade vertical, ou transformação, por seu turno, relaciona-se às mudanças de uma classe para outra, seja por ascensão, seja por declínio. Um bandido que, por motivos religiosos, de estudo ou outro qualquer, consegue um emprego e passa a vender sua força de trabalho como a única condição de sua sobrevivência, ascendeu do lumpesinato para a classe dos trabalhadores assalariados. Em sentido inverso, um trabalhador que, por estar desempregado ou insatisfeito com as condições de trabalho, decidiu se tornar ladrão, malandro ou outro tipo qualquer de lumpen, foi transformado de proletário em lumpen.

O mesmo ocorre com um pequeno-burguês que possuía uma pequena oficina de manutenção de máquinas pesadas, com 5 mecânicos assalariados e, por mudanças favoráveis no mercado, conseguiu transformar sua oficina numa empresa combinada de fabricação de componentes e de manutenção mecânica, e passou a empregar

mais de 200 trabalhadores, mesmo que isso tenha demorado alguns anos. Ele certamente ascendeu da pequena-burguesia de serviços para a fração média da burguesia industrial. Por outro lado, se ele tivesse falido, como ocorre com muitos, e tivesse sido obrigado a ofertar sua força de trabalho no mercado, conseguindo um emprego de mecânico numa fábrica, ele certamente teria declinado da pequena-burguesia para a fração operária da classe dos trabalhadores assalariados.

Exemplos de mobilidade vertical na burguesia, tanto ascendente quanto descendente, também são mais comuns do que se supõe. Por outro lado, a mobilidade, ou a transformação, para cima ou para baixo nem sempre é escalonada. No Brasil há casos conhecidos de lúmpens que, aproveitando-se de certas condições particulares em que se encontravam no aparelho de Estado, transformaram-se rápida e diretamente em lúmpens burgueses. Jovens da pequena-burguesia têm ingressado no lumpesinato, ao pretenderem enriquecer rapidamente, para isso transformando-se em sequestradores e traficantes. Portanto, ao pesquisar a estrutura social, é necessário ter em conta essas mobilidades e transformações, descobrindo as tendências principais em curso, mesmo porque elas têm a capacidade de alterar profundamente as relações e as contradições sociais, muitas vezes transformando cooperação em conflito, ou vice versa.

Certamente, há muitas dificuldades para considerar e ordenar os materiais necessários para o estudo da estrutura de classes da sociedade brasileira e obter uma representação mais aproximada da realidade. Não se pode eliminar essas dificuldades a priori. As próprias premissas dessa eliminação só ficarão claras através do estudo do processo real da vida das classes sociais do Brasil, e dos indivíduos que as compõem na atualidade.

Wladimir Pomar

04/09/2012